

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – RELAÇÕES PÚBLICAS**

Laura Garcez Fernandes

**AVALIAÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA CULTURAL: cartografia dos projetos
santa-marienses efetivados através do Sistema Pró-Cultura RS entre 2015 e 2019**

Santa Maria – RS

2021

Laura Garcez Fernandes

**AVALIAÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA CULTURAL: cartografia dos projetos
santa-marienses efetivados através do Sistema Pró-Cultura RS entre 2015 e 2019**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação de Comunicação Social – Relações Públicas, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do grau de **Bacharel em Relações Públicas**.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Elisângela Carlossso Machado Mortari

Santa Maria – RS

2021

Laura Garcez Fernandes

**AVALIAÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA CULTURAL: cartografia dos projetos
santa-marienses efetivados através do Sistema Pró-Cultura RS entre 2015 e 2019**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação de Comunicação Social – Relações Públicas, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do grau de **Bacharel em Relações Públicas**.

Aprovada em 26/01/2021:

Profª. Drª. Elisângela Carlosso Machado Mortari

Prof. Dr. Flavi Ferreira Lisboa Filho

Rose Carneiro

Santa Maria – RS

2021

AGRADECIMENTOS

Agradeço de todo coração aos amigos e amigas que se fizeram presentes em meio ao caos e à obrigatoriedade do distanciamento. À minha família, que acolheu a todas as escolhas de vida que abracei e que nesse momento de pandemia foi berço, paz, carinho e motivação. A todos aqueles que não desistem da luta diária por um país menos desigual. Esse bacharel é o marco que me permite ter um novo espaço de atuação em prol dessas pequenas grandes causas cotidianas. Um agradecimento maior ainda à educação pública, à UFSM que diariamente proporciona momentos inesquecíveis e que me deu a oportunidade de conhecer grande parte das pessoas que hoje são motivo do meu amor e afeto.

Um espaço de destaque para agradecer à Elisângela Mortari: minha professora, orientadora, motivadora e exemplo! A Elis esteve presente nos momentos mais marcantes e decisivos da minha trajetória acadêmica. Obrigada por me apresentar a Cartografia, essa metodologia que aprendi contigo em nosso primeiro projeto de pesquisa juntas e que certamente fez parte da minha construção pessoal e como pesquisadora. Obrigada por me encorajar e me ajudar a conquistar meu primeiro intercâmbio acadêmico e, por causa disso, transformar minha compreensão sobre as sociedades e culturas latino-americanas. Obrigada Elis, por cada passo nessa trajetória e, finalmente, já que não podia ser diferente, por abraçar comigo também esta Cartografia, meu trabalho de conclusão.

A todos que um dia venham a ler estas páginas escritas com muito carinho, agradeço por seu interesse e atenção. Esse é meu primeiro passo em uma, espero, longa trajetória acadêmica, vinculando os conhecimentos de Comunicação Social às estratégias necessárias para formular, implementar e avaliar Políticas Públicas capazes de viabilizar as transformações tão necessárias à nossa sociedade.

Que sirva como subsídio para melhoria dos processos decisórios e estruturação de políticas públicas tecnicamente consistentes, socialmente sensíveis e politicamente viáveis.

(Leonardo Secchi)

RESUMO

AVALIAÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA CULTURAL: cartografia dos projetos santa-marienses efetivados através do Sistema Pró-Cultura RS entre 2015 e 2019

AUTORA: Laura Garcez Fernandes

ORIENTADORA: Prof^ª Dr^ª. Elisângela Carlosso Machado Mortari

As Políticas Públicas são produtos resultantes da atividade política que se concretizam através de diversos instrumentos legislativos e/ou governamentais. Dentre as Políticas Públicas Federais direcionadas à Cultura destaca-se a Lei Rouanet, que atua em todo território nacional para fomentar e ampliar o acesso à cultura em todas as regiões do país, e que proporcionou a criação de leis estaduais e municipais de incentivo. Para a gestão dessas políticas públicas, é indispensável a realização de diagnósticos de demandas e avaliações de resultados, atividades estratégicas executadas por profissionais de Relações Públicas. Para comprovar a relevância da atuação desse profissional em diversas etapas do ciclo de políticas públicas, optamos por apresentar como estratégia metodológica a Cartografia, que permite analisar a distribuição dos projetos culturais fomentados através das Leis de Incentivo à Cultura em determinadas regiões e avaliar o desempenho da própria política cultural em questão. A nossa cartografia foi executada no município de Santa Maria/RS e abrangeu os 58 projetos aprovados para execução na cidade entre 2015 e 2019 através do Sistema Pró-Cultura RS, uma vertente estadual da Lei Rouanet. Como suporte para o mapeamento foi utilizada a plataforma *Google My Maps*, que permite amplo acesso às informações coletadas e, assim, que elas sejam utilizadas pelos produtores culturais da região no embasamento de seus projetos. Como resultado, a Cartografia Cultural está disponível *online* e permite aferir sobre o incentivo da produção cultural local, a experiência dos produtores culturais atuantes no cenário, a efetividade da captação de recursos através da Lei, e, por fim, a representação dos diversos segmentos culturais e a distribuição dos projetos no município.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Cultura. Cartografia.

ABSTRACT

CULTURAL PUBLIC POLICY ASSESSMENT: cartography of Santa Maria projects effectuated through the Pró-Cultura RS System between 2015 and 2019

AUTHOR: Laura Garcez Fernandes

ADVISOR: PhD. Professor Elisângela Carlosso Machado Mortari

Public Policies are products resulting from political activity that are materialized through various legislative and/or governmental instruments. Among the Federal Cultural Public Policies, the Rouanet Law is noteworthy, operating throughout the Brazilian territory to encourage and expand access to culture in all regions of the country, which made possible the creation of incentive county and municipal laws. For the management of such public policies, run diagnostics of demands and assessments of results, strategic activities carried out by Public Relations professionals, is indispensable. To prove the relevance of these specialists' performance in different stages of the public policy cycle, we chose to present Cartography as a methodological strategy, which enables the analysis of the distribution of cultural projects promoted by the laws of cultural incentive in certain reagions and the assessment of the cultural policy's performance in question. Our cartography was carried out in the municipality of Santa Maria/RS (Brazil) and covered the 58 projects approved for implementation in the city between 2015 and 2019 through the Pró-Cultura RS System, a regional strand of the Rouanet Law. As a mapping support, the Google My Maps platform was used, which allows wide access to the collected information and, therefore, its appropriation by the cultural producers of the region for their projects. As a result, Cultural Cartography is available online and allows one to assess the local cultural production incentive, the experience of active cultural producers in each context, the effectiveness of fundraising by the Law, and, finally, the representation of the various cultural segments and the distribution of projects in the municipality.

Keywords: Public Policies. Culture. Cartography.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Estruturação para análise do incentivo da produção cultural local	30
Figura 2 - Estruturação para análise da experiência dos produtores culturais	30
Figura 3 - Estruturação para análise da efetividade da captação de recursos	30
Figura 4 - Estruturação para análise da representação dos segmentos culturais	31
Figura 5 - Estruturação para análise da distribuição dos projetos culturais no município	31
Figura 6 - Consulta <i>online</i> de projetos do Sistema PRÓ-CULTURA/RS	37
Figura 7 - Interface da plataforma <i>Google My Maps</i>	43
Figura 8 - Criação de camadas por Segmento Cultural	44
Figura 9 - Esquemas para Mapeamento de Dados por cores	45
Figura 10 - Inserção dos Projetos Culturais em camadas correspondentes	45
Figura 11- Descrição dos Projetos Culturais	46
Figura 12 - Exemplo Inserção de Polígonos e Figuras em camada específica.....	47
Figura 13 - Descrição de Figura como localização.....	47
Figura 14 - Gráfico descritivo do número de projetos aprovados entre 2015 e 2019	50
Figura 15 - Gráfico descritivo do número de projetos executados entre 2015 e 2019	50
Figura 16 - Gráfico descritivo do número de projetos executados em Pelotas/RS	67
Figura 17 - Gráfico descritivo do número de projetos executados em Santa Maria/RS	68

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Projetos aprovados pela LIC/RS no município de Santa Maria em 2015	38
Tabela 2 - Projetos aprovados pela LIC/RS no município de Santa Maria em 2016	39
Tabela 3 - Projetos aprovados pela LIC/RS no município de Santa Maria em 2017	39
Tabela 4 - Projetos aprovados pela LIC/RS no município de Santa Maria em 2018	40
Tabela 5 - Projetos aprovados pela LIC/RS no município de Santa Maria em 2019	40
Tabela 6 - Total de projetos aprovados entre 2015 e 2019 por Segmento Cultural	41
Tabela 7 - Total de projetos executados entre 2015 e 2019 por Segmento Cultural	42
Tabela 8 - Investimentos anuais em projetos locais e itinerantes	49
Tabela 9 - Distribuição de projetos e investimentos no município por bairro de realização ..	51
Tabela 10 - Descritivo sobre Produtores Culturais	53
Tabela 11 - Valores investidos em projetos de pequenos e grandes Produtores Culturais	54
Tabela 12 - Projetos Culturais de acordo com a situação da Captação de Recursos	56
Tabela 13 - Projetos locais e Empresas Patrocinadoras	58
Tabela 14 - Projetos itinerantes e Empresas Patrocinadoras	58
Tabela 15 - Segmentos Culturais categorizados por média de valor investido e duração	60
Tabela 16 - Investimento diário por Segmento Cultural	61
Tabela 17 - Investimento total por Segmento Cultural	61
Tabela 18 - Segmentos Culturais por imediação ao município	62
Tabela 19 - Número de Projetos Culturais por bairro de realização	63
Tabela 20 - Distribuição Demográfica de Santa Maria/RS por Região Administrativa	64
Tabela 21 - Distribuição de Projetos Culturais por Região Administrativa	65
Tabela 22 - Projetos executados entre 2015 e 2019 em Pelotas/RS	69

Tabela 23 - Projetos executados entre 2015 e 2019 em Santa Maria/RS	69
Tabela 24 - Comparativo de Projetos Executados por Segmento Cultural	70
Tabela 25 - Investimentos anuais em projetos locais e itinerantes de Pelotas/RS	71
Tabela 26 - Investimentos anuais em projetos locais e itinerantes de Santa Maria/RS	71
Tabela 27 - Investimento total por Segmento Cultural em Pelotas/RS	72
Tabela 28 - Investimento total por Segmento Cultural em Santa Maria/RS	72

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. POLÍTICAS PÚBLICAS E POLÍTICAS CULTURAIS	17
2.1. O que são políticas públicas no âmbito da cultura	19
2.2. As leis de incentivo como políticas públicas culturais	21
2.2.1. Lei Rouanet	23
2.2.2. Lei de Incentivo à Cultura estadual: PRÓ-CULTURA RS	24
2.3. Avaliação de Políticas Públicas	25
2.3.1. Avaliação de resultados	27
3. DEFINIÇÃO E APLICAÇÃO DO MÉTODO PARA A COLETA DE	32
INFORMAÇÕES	
3.1. Cartografia	32
3.1.1. Cartografia na Web 2.0	34
3.1.2. Metodologia cartográfica	35
3.2. Aplicação da metodologia de avaliação	36
3.2.1. Categorização de projetos culturais	36
3.2.2. Descritivo dos projetos culturais	42
3.2.3. Plataforma <i>Google My Maps</i>	42
4. AVALIAÇÃO	48
4.1. Incentivo da produção cultural local	48
4.2. Experiência dos produtores culturais	52
4.3. Efetividade da captação de recursos	55
4.4. Representação dos segmentos culturais	60

4.5. Distribuição dos projetos culturais no município	63
5. CHECAGEM COMPARATIVA	66
6. RECOMENDAÇÕES	74
7. CONCLUSÕES	79
8. REFERÊNCIAS	82
9. APÊNDICES	86

1. INTRODUÇÃO

Na presente monografia serão cartografados os Projetos Culturais de Santa Maria/RS, sob o enfoque de uma das Políticas Culturais vigentes no município: o Sistema Pró-Cultura RS (Lei de Incentivo à Cultura Estadual). O Sistema objetiva, assim como a lei federal 8.313 de 23 de dezembro de 1991 - Lei Rouanet, ampliar o acesso à cultura e a produção cultural em todas as regiões do país; apoiar, valorizar e difundir as manifestações artísticas brasileiras; proteger nossas expressões culturais e preservar o patrimônio, além de estimular a produção cultural como geradora de renda, emprego e desenvolvimento para o país.

O Banco de Projetos¹ do Sistema Pró-Cultura RS permite a realização de uma análise aprofundada dos projetos realizados no município entre 2015 e 2019, considerando categorias de análise referentes a área/segmento cultural, situação atual, produtor cultural, abrangência, duração, valor investido e seu local/bairro de realização. Um estudo aprofundado dos projetos já realizados é de extrema relevância tanto para a criação de novos projetos culturais mais efetivos quanto para a compreensão das demandas culturais ainda existentes na região.

Além disso, ao realizar essa análise, o profissional de Relações Públicas demonstra estar habilitado para avaliar também o desempenho da própria política pública cultural em questão. Uma nova estratégia de Avaliação de Políticas Públicas, realizada por profissionais de Relações Públicas capacitados em planejamento e avaliação, pode ser então inserida ao já existente Police Cycle, considerado por Secchi (2013, p. 43) como um esquema de visualização e interpretação que organiza a vida de uma política pública em fases sequenciais e interdependentes.

A cartografia, como metodologia de Avaliação de Políticas Públicas, permite analisar, além da aplicação prática do Sistema Pró-Cultura RS no município, a distribuição dos projetos na região sob a perspectiva de seus direcionamentos e investimentos locais em cultura. O mapeamento, por reunir informações sobre as demandas e projetos culturais da cidade, facilitará aos produtores culturais santa-marienses o acesso a informações que dêem mais embasamento na justificativa de seus projetos, ampliando suas chances de receberem investimentos por parte da LIC Estadual.

¹ Disponível em <http://www.procultura.rs.gov.br/index.php?menu=consultar_projetos> Acesso em: 23/03/2020.

Além disso, o objeto de estudos permite a construção de uma metodologia cartográfica que pode ser utilizada também em outras áreas de pesquisa, dentro e fora da Comunicação Social, ampliando a compreensão das demandas do município em outros setores além do cultural e servindo para a construção de políticas públicas mais consistentes e socialmente sensíveis. Essa é também a justificativa pessoal para a construção desta pesquisa: a intenção de continuar os estudos na área das Políticas Públicas e consolidar uma porta de entrada para o campo, vinculando-o ao trabalho já realizado por profissionais de Relações Públicas.

Secchi (2017, p. 2) afirma que, ocasionalmente, nossa sociedade e nossos governos “copiam soluções de outros lugares de forma acrítica. Planejam sem informações suficientes. Tomam decisões que beneficiam certas pessoas ou grupos à revelia do interesse público”. Nesse contexto, avaliar o desempenho do Sistema Pró-Cultura RS em Santa Maria, através de uma Cartografia dos Projetos Culturais fundamentados por ela entre 2015 e 2019, permite compreender como se dão os investimentos culturais não só no município em questão, mas também em outras cidades de mesmo porte que também poderão apropriar-se da metodologia e das recomendações propostas ao final de nossa pesquisa. Como resultado, e realizando as devidas adaptações, torna-se possível propor novas estratégias mais efetivas para a condução da ação pública no estado do RS.

No Dicionário de Políticas Públicas da UNESP (2018, p. 716), João Batista de Andrade afirma que “uma política cultural deve ser traçada não exatamente para os artistas, mas para o país, para o povo”. E nesse mesmo âmbito nacional, nossa Constituição de 1988² afirma que o Estado garantirá a todos “o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. (EC nº 48/2005)”. Tantos anos após a inserção deste artigo na Constituição, Samira Chedid³ questiona: “a cultura está disponível para quem? Será para aqueles com baixo recursos financeiros? Ou para cidades do interior fora dos grandes eixos de produção cultural?”

² Disponível em <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>

³ Mestranda em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) em artigo disponível em <<https://www.politize.com.br/cultura-como-politica-publica/>> Acesso em 05/05/2020.

A presente pesquisa busca esclarecer também a estes questionamentos e está dividida em quatro partes principais: um capítulo que aproxima as teorias de políticas públicas às teorias de políticas culturais, um segundo capítulo de coletas de dados referentes aos projetos culturais sob análise, um terceiro capítulo de avaliação da política pública cultural, uma checagem comparativa no quarto capítulo e, no último, recomendações à gestão da política cultural. Para dar início ao diálogo da presente monografia, apresentamos a seguir um breve referencial teórico com as principais definições norteadoras de nossa pesquisa.

Os conceitos principais que trabalharemos ao longo do primeiro capítulo teórico a ser elaborado são os de “Política Pública”, que, segundo Leonardo Secchi (2013, p. 2), “é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público”, e de “Política Cultural” que para Canclini (2001, p. 65) consiste em um “conjunto de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis e grupos comunitários organizados a fim de orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e obter consenso para um tipo de ordem ou de transformação social”.

Para debater sobre políticas culturais, porém, é determinante considerar as definições de “Cultura” que perpassam esse campo. Segundo Cosgrove e Jackson (1987, p. 99), a cultura é “simbólica, ativa, constantemente sujeita a mudanças e ‘despedaçada’ por relações de poder, não tratando-se de um objeto, mas um processo identificável, uma categoria analítica, um nível ou uma esfera mapeável”. Ainda segundo os autores, a cultura se torna um meio de representação através do qual “as pessoas transformam os fenômenos do mundo material em um mundo de símbolos significativos às quais eles dão significados e atribuem valores” (1987, p. 99).

O segundo capítulo, como apresentado, determina a coleta de dados sobre os projetos culturais analisados. É onde se inicia a metodologia cartográfica que embasa nossa pesquisa, e através da qual construímos o nosso mapeamento cultural. Segundo Rosário (2016, p. 189), a cartografia aparece como sinônimo de mapeamento, levantamento de dados ou pesquisa exploratória, e “parte do reconhecimento de que, o tempo todo, estamos em processos”. A técnica de coleta de dados se efetivou através do estudo de um repositório do Sistema Unificado Pró-Cultura RS, que será apresentado ao longo dos próximos capítulos.

Já o terceiro capítulo, de “Avaliação da Política Pública”, está embasado na teoria de Anderson de que esse é o “processo de julgamentos deliberados sobre a validade de propostas para a ação pública, bem como sobre o sucesso ou a falha de projetos que foram colocados em prática” (1979, p. 711). Teixeira Coelho (1997, p. 65) também debate sobre o tema e afirma que a estratégia de avaliação “tem como ponto de partida o exame de seus fundamentos [da política] sob o ponto de vista da coerência entre o que se diz buscar e o que se faz de concreto para tanto”.

Aqui, buscamos compreender se as estratégias utilizadas pelo Governo do Estado através do Sistema Pró-Cultura (LIC Estadual) estão cumprindo seus objetivos e delimitando demandas concretas que envolvam todos os setores de nossa comunidade. Além disso, o mapeamento cartográfico proposto pela presente monografia tem caráter colaborativo e será disponibilizado *online* ao ser concluído para possibilitar uma construção participativa com o setor cultural santa-mariense, e “o uso e seu sentido serão ditados a partir da apropriação dos usuários, o que resulta em um ato de consciência política, um palco de subjetividade ou um espaço de utilitarismo urbano” (SOUSA, 2011, p.57).

2. POLÍTICAS PÚBLICAS E POLÍTICAS CULTURAIS

O Guia Prático de Avaliação *ex post* de Políticas Públicas do Governo Federal (2018) afirma que o termo políticas públicas “é entendido como um conjunto de programas ou ações governamentais necessárias e suficientes, integradas e articuladas para a provisão de bens ou serviços à sociedade, financiadas por recursos orçamentários ou por benefícios de natureza tributária, creditícia e financeira” (2018, p.14). Essa, porém, é uma definição estatista que considera as políticas públicas como monopólio de atores governamentais. A abordagem, também chamada estadocêntrica, admite a influência de atores não estatais no processo de elaboração e implementação das políticas, mas não concede a eles a tomada de decisão.

Na presente monografia, utilizaremos a definição de Leonardo Secchi (2017) como norteadora de nossa pesquisa. O autor apresenta uma abordagem policêntrica, que considera organizações privadas, organizações não governamentais, organismos multilaterais, e redes de políticas públicas, juntamente com os atores estatais, como protagonistas no estabelecimento de políticas públicas. Para ele, “uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público” e, mais ainda, Secchi afirma que “a razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante” (2017, p. 2).

A escolha dos instrumentos para efetivar essas políticas e solucionar os problemas públicos identificados é, porém, motivo de debates e críticas dentro da academia. Bressers e O’Toole (1998) afirmavam que os instrumentos governamentais não são selecionados com base em sua implementabilidade ou efetividade, e que diferentes campos de políticas públicas tendem a apresentar preferências por tipos “favoritos” de instrumentos e os utilizam repetidamente, independentemente da sua contribuição para resolução de problemas. De forma que podemos afirmar a existência de influências ideológicas por parte dos atores responsáveis pela elaboração e implementação de políticas públicas.

Em um artigo que reflete sobre o uso de instrumentos governamentais na implementação de políticas públicas, Leila Ollaik e Janann Medeiros (2011) afirmam que na administração pública federal brasileira “coexistem instrumentos tradicionais – como implementação por gestão direta e por uso de incentivos econômicos; por gestão indireta,

mediante convênios, concessões de uso – e instrumentos mais recentes”. Aqui, ainda segundo os autores, um instrumento governamental é definido como “um método identificável por meio do qual a ação coletiva é estruturada para lidar com um problema público”.

Neste contexto, políticas públicas podem se concretizar através de projetos, programas públicos, leis, campanhas, decisões judiciais e demais instrumentos legislativos e/ou governamentais, e também podem operar em diferentes áreas de intervenção como, por exemplo: saúde, educação, segurança, cultura, habitação, saneamento e assistência social. Aqui, para realizar uma cartografia no âmbito do município de Santa Maria/RS, falaremos especificamente sobre políticas culturais - que atuam principalmente através de leis de fomento e incentivo à cultura municipais, estaduais e federais.

Algumas das definições de políticas culturais norteadoras de nossa pesquisa são as de García Canelini, que as distingue como o “conjunto de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis e grupos comunitários organizados a fim de orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e obter consenso para um tipo de ordem ou de transformação social” (2001, p. 65), e de Teixeira Coelho, que as considera como a “ciência da organização das estruturas culturais” que tem como objetivo “o estudo dos diferentes modos de proposição e agenciamento dessas iniciativas, bem como a compreensão de suas significações nos diferentes contextos sociais em que se apresentam” (1997, p. 292). Em seu Dicionário Crítico de Política Cultural, Teixeira Coelho ainda afirma que

“a política cultural é entendida habitualmente como programa de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis, entidades privadas ou grupos comunitários com o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas” (1997, p. 292).

Convenciona-se, segundo João Batista de Andrade no Dicionário de Políticas Públicas da UNESP (2018, p. 715), chamar de “política cultural” aquelas diretrizes mais voltadas para a produção artística, mas que devem ser traçadas “não exatamente para os artistas, mas para o país, para o conjunto do povo”. Mais ainda, é fundamental que ao incentivar a produção cultural o Estado não induza seus rumos, tarefa que cabe aos produtores e à sociedade. Nesse sentido, o autor complementa:

“Falar em política cultural é referir-se a uma etapa avançada do capitalismo e do domínio do mercado sobre as mais diversas atividades humanas. É considerar a fragilidade da cultura diante das exigências desse mercado, problema que levou os mais diversos Estados a criar formas de apoio à produção cultural” (2018, p. 715).

Consideramos aqui, que em um contexto tão adverso à produção artística, de ataques à liberdade de expressão e aos meios de produção cultural, é ainda mais importante o investimento em políticas públicas culturais, apesar dos poucos recursos materiais e humanos destinados ao setor. Gilberto Gil (2007, p. 9), enquanto Ministro da Cultura, já afirmava a necessidade de uma “imprescindível mudança de paradigma nessa direção: cultura envolve legislação (e não somente no âmbito dos direitos autorais), transversalidades sociais e econômicas, integração nacional, enfim, relações de custos e benefícios como qualquer outra atividade”. É justamente em momentos de crise que a difusão e o direito de acesso à cultura pelos cidadãos são prioritariamente deixados de lado, exigindo uma maior articulação em relação a todas as ações governamentais.

2.1. O QUE SÃO POLÍTICAS PÚBLICAS NO ÂMBITO DA CULTURA

Mas, afinal, o que são políticas públicas no âmbito da cultura? É importante ressaltar que a sociedade é quem produz cultura, e que o Estado apenas possui o papel de estabelecer mecanismos de preservação e incentivo cultural, dispondo de instrumentos e recursos para fomentá-la. A professora doutora em Ciência Política, Anita Simis, afirmou em seu capítulo no livro *Políticas Culturais no Brasil* (2007) que entende a política cultural como parte das políticas públicas. Essa é também a perspectiva que adotamos na construção da presente monografia. Consideramos, no entanto, que esse fato se concretizou apenas depois da criação do primeiro Ministério da Cultura em 1985. Ainda segundo Simis, antes da década de 80 “o que estava mais próximo de ser uma política cultural foram diretrizes conservadoras, de caráter clientelístico, por vezes pluralista e assistencial” (2007, p. 152).

Afirma Antonio Rubim que “a trajetória brasileira das políticas culturais produziu tristes tradições e enormes desafios” e que “estas tristes tradições podem ser emblematicamente sintetizadas em três palavras: ausência, autoritarismo e instabilidade” (2012, p. 29). A difusão e o acesso à cultura pelo cidadão nem sempre foram tratados como

direitos humanos, e embora a política cultural tenha se consolidado como uma área de grande relevância, dentro das políticas públicas “é muito reduzida a atenção dada por políticos em geral e cientistas sociais às políticas públicas da área cultural, sejam elas oriundas de órgãos federais, estaduais ou municipais” como afirmou Mário Brockmann Machado (1984, p. 7). É sobre essas decisões de caráter político que Andrade afirma:

“Uma política cultural será tão mais consistente, democrática e pluralista quanto mais se fundamentar na compreensão política que governantes e políticos tiverem de que o desenvolvimento cultural é importante para o país e para o povo, uma importância que vai além das visões setoriais e corporativas dos diversos setores da atividade cultural, embora as inclua” (2018, p. 715).

A cultura desempenha um setor estratégico para o desenvolvimento econômico, e isso faz com que o Estado e a iniciativa privada aumentem o seu interesse pelo campo cultural, e Alberto Freire afirma que “essa perspectiva de se pensar a cultura como estratégia de desenvolvimento e cidadania, por meio de uma política cultural abrangente, pode se configurar como uma síntese para a expressão política cultural” (2012, p. 64). Porém, sendo considerada como um direito, a cultura deve ser entendida muito além de uma mera atividade econômica, mesmo levando em conta a grande geração de empregos criados pela economia da cultura. Nas palavras de Simis (2007, p. 135) “o direito cultural concorre no aprimoramento democrático, ele é parte integrante da contra privilégios e da busca de uma socialização, não apenas de bens materiais, mas também do acesso à cultura, e neste sentido o Estado é responsável pela promoção da política cultural”.

Por meio da cultura é possível vislumbrar diversas ações transformadoras que alcançam os indivíduos e as sociedades dos mais diversos tamanhos e complexidades, como declara Rubim (2012, p. 49). Essas transformações ocorrem através de experiências cotidianas, introdução de novas perspectivas, contato com representações estéticas do universo artístico e também através do desenvolvimento e crescimento econômico, como já citado anteriormente.

Anita Simis relata que “dentro de uma concepção de políticas públicas, como um direito, é com Mário de Andrade que pela primeira vez se formulou uma política cultural no

sentido público, e não apenas dirigida às elites” (2007, p. 152). Porém, voltando à indagação que o título deste capítulo cria, o que são políticas públicas no âmbito da cultura? SIMIS (2007, p. 135) afirma que em uma democracia o papel do Estado no âmbito cultural não é *produzir cultura* (dizer o que ela deve ser, dirigi-la, conduzi-la) mas sim formular políticas culturais que a tornem acessível, (divulgando-a e fomentando-a), e também prover meios para que o cidadão possa produzi-la - pois a democracia pressupõe que todos possam expressar sua visão de mundo em todos os sentidos.

Existem grandes dificuldades, porém, em reunir os recursos necessários para a formulação e execução de políticas culturais. Ainda segundo Rubim, “é própria da atividade cultural a necessidade de ser materializada e disponibilizada para o consumo e fruição. [...] É nesse instante que se revela como indispensável a atuação de uma instituição ou indivíduo que promova o financiamento. Assim, a produção artístico-cultural coloca em contato a figura do criador [...] e o agente do financiamento” (2012, p. 53).

Para suprir as incontáveis demandas econômicas do setor, “o segmento empresarial aproximou-se do campo da cultura e passou a exercer forte presença como agente de financiamento e apoio, sobretudo das produções artísticas e do entretenimento” (FREIRE, 2012, p. 55). Porém, essa interação não se deu por altruísmo do empresariado: o *marketing* cultural trata-se de um fenômeno contemporâneo, e o investimento de recursos financeiros ou materiais para a produção cultural acabou por reverter-se em oportunidade de construção e reforço da imagem e marca das organizações, o que configura o sentido da estreita relação entre o mundo empresarial e o campo da cultura. No caso da presente monografia, falaremos especificamente sobre os incentivos gerados pela Lei de Incentivo à Cultura, em âmbito estadual, no Rio Grande do Sul.

2.2. AS LEIS DE INCENTIVO COMO POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS

Observamos, então, que Políticas Públicas Culturais são todas aquelas diretrizes formuladas para criar, ampliar ou difundir o acesso à cultura por diferentes comunidades. Segundo uma análise publicada pelo Ministério da Cultura, na gestão de Gilberto Gil (2007, p. 19), “pode-se afirmar que a área cultural é formada por duas modalidades de ações complementares e que se apóiam estrategicamente, a saber, a política de eventos e as políticas

culturais *stricto sensu*”. Conforme publicado, a política de eventos constitui-se em estímulo e condições materiais para as ações, principalmente através de “festivais, concursos, prêmios e bolsas, que também cumprem o papel de consagração e valorização das obras produzidas”.

No entanto, as políticas culturais federais devem ir além da criação e do fomento de eventos, e as políticas culturais *stricto sensu* incorporam outros objetivos, como a “criação de condições que permitam o desenvolvimento das práticas culturais e favoreçam a melhoria da qualidade de vida e do acesso ao repertório de bens culturais” (SILVA, 2007, p. 20). No aspecto do financiamento, Alberto Freire critica o papel conferido às políticas culturais, que são conduzidas em segundo plano pelos atores governamentais. Freire afirma que a “histórica classificação da cultura como assessoria em relação a outras áreas de atuação do Estado, como saúde, segurança e economia, por exemplo, coloca o investimento financeiro em cultura, ou a sua falta, como uma questão essencial para sua compreensão” (2012, p. 50).

O autor ainda complementa com a afirmação de que é própria da atividade cultural a necessidade de ser materializada e disponibilizada para o consumo e fruição: “neste estágio, o aporte de recursos diversos torna-se imperativo. É nesse instante que se revela como indispensável a atuação de uma instituição ou indivíduo que promova o financiamento” (FREIRE, 2012, p. 53). Assim, o campo cultural pode ser financiado por diversas instituições, que podem ser públicas ou também da iniciativa privada. Nesse contexto, trataremos aqui especificamente sobre as leis de incentivo fiscal, pois “sem o patrocínio, o mundo da produção cultural pena para existir e em muitos casos sucumbe à subserviência, ao medo ou à incapacidade de atender ao mercado” (ANDRADE, 2018, p. 715).

Segundo Andrade, “se tratando de política de Estado, a política cultural exige sua própria burocracia, seus organismos de gestão e ação, assim como suas verbas, suas leis, seus editais, seus critérios de incentivo e controle” (2018, p. 717). Sobre a realidade brasileira, em nosso país, o Estado é historicamente o responsável principal pelo financiamento da cultura (o que não difere muito de outras nações). Mariana Kadletz afirma que “nosso país conta com mais de 300 leis de incentivo à cultura, que podem ser leis municipais, estaduais e federais, criadas para estimular a produção cultural em troca de benefícios de isenção fiscal” (2019, p.7). Essas leis são baseadas no princípio da renúncia fiscal, que ocorre quando o poder

público permite que determinados valores de impostos deixem de ser arrecadados e sejam aplicados diretamente no setor cultural.

O modelo de investimento de recursos públicos se caracteriza como financiamento direto. Englobam-se nesse segmento as verbas dos orçamentos do MinC e seu conjunto de instituições com objetivos definidos de aplicação dos recursos financeiros para execução da política cultural, utilizando os mecanismos de financiamento oriundos do Estado (FREIRE, 2012, p. 54, *apud* SILVA, 2007). Sobre a isenção de impostos, Mariana Kadletz (2019, p. 7) ainda explica que já foram movimentados mais de 17 bilhões de reais em todo o país desde sua criação, e que

As leis municipais irão oferecer isenção de impostos municipais, como é o caso do ISS (imposto sobre serviços) e IPTU (imposto sobre a propriedade territorial urbana). As leis estaduais oferecerão isenção no imposto estadual, como por exemplo o ICMS (imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços) e as leis federais, por sua vez, irão conceder isenção de imposto federal, no caso, do IR (imposto de renda).

O financiamento na área cultural tem duas leis de referências, a Lei do Audiovisual (Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993) e a Lei Rouanet (Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991). No tópico a seguir explanaremos sobre esta última, que também é o objeto de estudos da presente monografia.

2.2.1. LEI ROUANET

A Lei Rouanet, lei nº 8.313 do dia 23 de dezembro de 1991, é o principal mecanismo de fomento à cultura brasileiro, sendo uma política pública cultural federal que permite o direcionamento de um percentual do favor de Imposto de Renda (IR) de pessoas físicas e empresas à projetos culturais por ela aprovados. Segundo a Assessoria de Comunicação do Ministério da Cultura de 2018, em seu site oficial⁴,

O objetivo da lei é incentivar a produção cultural. Para isso, a União abre mão de uma parte do Imposto de Renda, a fim de que esses recursos sejam aplicados em projetos aprovados pelo Ministério da Cultura (MinC). A seleção é feita com base em critérios

⁴ Disponível em <<http://cultura.gov.br/lei-rouanet-como-funciona-o-mecanismo-de-fomento-a-cultura/>> Acesso em: 23/03/2020

técnicos, já que a lei proíbe o MinC de qualquer avaliação subjetiva quanto ao valor artístico ou cultural das propostas apresentadas.

A lei afirma que todo projeto cultural, de qualquer artista, produtor ou agente cultural brasileiro, pode se beneficiar da Lei Rouanet e se candidatar à captação de recursos de renúncia fiscal, o que é uma realidade de difícil aplicação prática. Consideramos aqui, com a intenção de averiguar essa afirmação ao longo da pesquisa, que há uma concentração de projetos aprovados nas mãos de um reduzido número de produtores, fato que se concretiza pela complexidade dos editais e demanda por conhecimentos técnicos que não são devidamente proporcionados aos produtores de pequenos projetos - justamente aqueles mais voltados às minorias sociais.

Voltando à atuação da Lei Rouanet, mais conhecida por Lei de Incentivo à Cultura ou LIC, sua principal contribuição é “ampliar o acesso dos cidadãos à Cultura, já que os projetos patrocinados são obrigados a oferecer uma contrapartida social, ou seja, eles têm que distribuir parte dos ingressos gratuitamente e promover ações de formação e capacitação junto às comunidades”⁵. O mecanismo do incentivo permite que investidores apoiem projetos culturais deduzindo a aplicação dos seus impostos, e também auxilia no fortalecimento sua marca e relacionamento com públicos de interesse.

O cadastramento e inscrição de novos projetos é feito no Sistema de Cadastro e Gestão de Projetos - Salic⁶ e deve contar com nome, resumo e período de realização da proposta, além de cronograma, objetivos, justificativa, medidas de democratização de acesso e acessibilidade, ação formativa cultural, currículo do proponente e dos principais envolvidos, além dos documentos anexos que forem necessários.

2.2.2. LEI DE INCENTIVO À CULTURA ESTADUAL: PRÓ-CULTURA RS

A Lei Rouanet atua em âmbito nacional, mas proporcionou a criação de leis estaduais de incentivo, como é o caso do Pró-cultura RS (Lei 13.490/2010). O mecanismo de incentivo fiscal estadual atua através da dedução do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), e o benefício fiscal para as empresas patrocinadoras é de 100% do valor

⁵ Disponível em <<http://leideincentivoacultura.cultura.gov.br/>> Acesso em: 23/03/2020

⁶ Disponível em <<http://salic.cultura.gov.br/autenticacao/index/index>> Acesso em: 23/03/2020

repassado ao projeto aprovado. Porém, para que isso aconteça, deve ser realizado também um repasse ao Fundo de Apoio à Cultura de 5% para projetos de construção e de restauração de patrimônio ou 25% para os demais projetos. Sobre o procedimento de cadastro de novos projetos, a Secretaria de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul⁷ descreve:

“Originado de demanda espontânea do produtor cultural, o projeto é distribuído a um analista do Pró-cultura RS para avaliação. Sendo habilitado, o projeto é encaminhado para avaliação do Conselho Estadual de Cultura – CEC, o qual delibera sobre o mérito cultural e o grau de prioridade do projeto. A partir do parecer do CEC, o produtor cultural busca empresas interessadas em patrocinar, sediadas no Rio Grande do Sul, contribuintes do ICMS e que não podem ter aderido ao Simples Nacional.”

Através do site do Sistema Pró-Cultura RS⁸, o Departamento de Fomento divulga constantemente avisos e notícias sobre os projetos financiados, prazos e editais. No Relatório de Gestão de 2019, o departamento afirmou que ao longo do ano foram cadastrados 397 projetos e que 320 deles foram aprovados para captação. No total, 227 Projetos Culturais realizaram atividades com financiamento da LIC em 164 municípios, e as áreas com maior número de projetos são: artes integradas (27%), música (26%), tradição e folclore (15%), artes cênicas (10%), patrimônio tombado (6%) e espaços culturais (4%).

O formulário para cadastro de projetos fica aberto durante o ano inteiro, e a única exigência para a inscrição é de que o projeto seja apresentado com pelo menos 150 dias de antecedência à sua realização. As informações requisitadas são as mesmas citadas anteriormente no tópico sobre a Lei Rouanet, e esses são os dados que, disponibilizados pelo Banco de Projetos⁹ do Pró-cultura RS, servirão de base para a construção da nossa cartografia cultural.

2.3. AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A verificação da efetividade de uma política passa, necessariamente, por seu monitoramento e sua avaliação. O Guia Prático de Análise *ex post* de Políticas Públicas do Governo Federal (2018) afirma que avaliações qualificadas que produzam resultados

⁷ Disponível em <www.cultura.rs.gov.br/inicial> Primeiro acesso em: 20/03/2020.

⁸ Disponível em <www.procultura.rs.gov.br/> Primeiro acesso em: 20/03/2020.

⁹ Disponível em <www.procultura.rs.gov.br/> Primeiro acesso em: 20/03/2020.

confiáveis “possibilitam o aprimoramento de políticas e justificam investimentos ou economia de recursos, já que evidenciam se os resultados esperados estão sendo alcançados e se os recursos estão sendo utilizados de modo eficiente”, comprovando a relevância destas análises para orientar a tomada de decisões governamentais. Sobre a estratégia, Teixeira Coelho (1997, p.63) em seu Dicionário Crítico de Política Cultural, afirma que:

“a avaliação não apenas das políticas culturais como de todas as políticas públicas tem sido uma exigência decorrente de uma consciência mais aguda de cidadania tanto quanto de uma descrença nos processos tradicionais de representação política e de uma valorização (acaso prematura) dos métodos de gestão adotados de longa data pela iniciativa privada nos regimes capitalistas”.

Algumas outras definições importantes para nossa pesquisa são de Leonardo Secchi, quando afirma que “a avaliação é a fase do ciclo de políticas públicas em que o processo de implementação e o desempenho da política pública são examinados com o intuito de conhecer melhor o estado da política e o nível de redução do problema que a gerou” (2017, p. 63), e de Charles Anderson quando relata que a avaliação da política pública é o “processo de julgamentos deliberados sobre a validade de propostas para a ação pública, bem como sobre o sucesso ou a falha de projetos que foram colocados em prática” (1979, p. 711).

A avaliação de políticas públicas, executada como um processo sistemático, integrado e institucionalizado, “tem como premissa básica verificar a eficiência dos recursos públicos e, quando necessário, identificar possibilidades de aperfeiçoamento da ação estatal, com vistas à melhoria dos processos, dos resultados e da gestão”, ela deve ser um processo objetivo de exame e diagnóstico da política pública sob análise, e deve-se considerar “a forma como a política está sendo implementada, seus efeitos desejados e adversos, os principais *stakeholders*, e a forma como os recursos públicos estão sendo utilizados” (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2018, p. 14).

Para respaldar a metodologia que será utilizada para a realização da presente análise e monografia, uma Avaliação da Lei de Incentivo à Cultura do município de Santa Maria/RS, é válida a estratégia avaliativa *ex post* que serve como um “instrumento relevante para a tomada de decisões ao longo da execução da política – dizendo ao gestor o que aprimorar e, em

alguns casos, como fazê-lo –, bem como para a melhor alocação de recursos entre as diferentes políticas públicas setoriais” (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2018, p. 13).

Além disso, a análise *ex post*, ao incorporar técnicas de gerenciamento, principalmente aquelas desenvolvidas por profissionais de Relações Públicas, “permite acessar os pontos críticos de uma política pública, propondo aprimoramentos ou mesmo dizer se tal política deve ser suspensa ou substituída” (2018, p. 11). Sobre esse tema, Esteves Colnago Júnior, quando ocupava o posto de Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, afirmou em nota introdutória ao Guia Prático de Avaliação *ex post* de Políticas Públicas do Governo Federal:

“A avaliação *ex post*, tema desta publicação, consiste em uma ferramenta fundamental para orientar a tomada de decisão durante – ou após – a execução de uma política pública. Nesse sentido, cumpre a importante função de levantar evidências sobre o desempenho da política, indicando se os recursos públicos estão sendo aplicados em consonância com os parâmetros de economicidade, eficiência, eficácia e efetividade.”

Portanto, não basta apenas a realização de um bom diagnóstico que evidencie as reais demandas de uma comunidade e a importância da implementação de uma política pública. É necessário avaliar a consistência do planejamento da política e o seu efetivo retorno para a sociedade. De acordo com o Guia, “os resultados da avaliação de processos servem: para a implementação ou o aperfeiçoamento da política (avaliação formativa); ou para a tomada de decisão sobre sua adoção ou expansão (avaliação somativa)” (2018, p. 14).

2.3.1. AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

Dentre as propostas avaliativas apresentadas no Guia Prático de Análise *ex post* de Políticas Públicas do Governo Federal (2018) estão a Avaliação Executiva, Avaliação de Desenho, de Implementação, de Governança da Política Pública, de Resultados, de Impacto, de Eficiência e Econômica ou de Retorno Econômico e Social. Dentre as opções disponibilizadas, optamos por realizar uma Avaliação de Resultados que é definida como aquela que estuda de forma exploratória os indicadores de resultados e impactos esperados

com a política e que envolve a aplicação de metodologias quantitativas e qualitativas que verificam a evolução dos indicadores disponíveis (2018, p. 241).

Essa metodologia também é descrita por Teixeira Coelho (1997, p. 65) ao diferenciar as estratégias de avaliação restrita e avaliação ampla:

“Na avaliação restrita faz-se uma análise da política ou programa, indicando os resultados obtidos e comentando-os de acordo com princípios previamente estabelecidos. Na avaliação ampla não apenas se perseguem os objetivos da avaliação restrita como se espera que o avaliador intervenha mais decididamente no processo, pesquisando os pontos de partida dessa política e as causas que levaram aos resultados alcançados, negociando modificações com os responsáveis eventuais e sugerindo alternativas viáveis”.

Como justificado pelo Guia, a avaliação de resultados é baseada na observação de indicadores quantitativos e/ou qualitativos, no uso de metodologias exploratórias e também no levantamento de percepção dos resultados da política. O passo a passo proposto para sua realização está descrito a seguir:

- a. Identificação dos resultados esperados da política;
- b. Planejamento da avaliação de resultados;
- c. Definição do método para coleta de informações;
- d. Aplicação da metodologia de avaliação;
- e. Recomendações.

O primeiro passo, de identificação dos resultados esperados da política pública, permite acompanhar se os resultados observados seguiram o caminho planejado inicialmente. Contudo, segundo o Guia “cabe salientar que, comumente, as políticas geram resultados que não são esperados. Por essa razão, é importante realizar avaliações que forneçam subsídios, inclusive, para rever a expectativa de resultados com a intervenção” (2018, p. 242). A identificação dos objetivos e resultados a serem avaliados pela presente pesquisa foi realizada no item 2.2.1. deste capítulo, sobre a Lei de Incentivo à Cultura / Lei Rouanet.

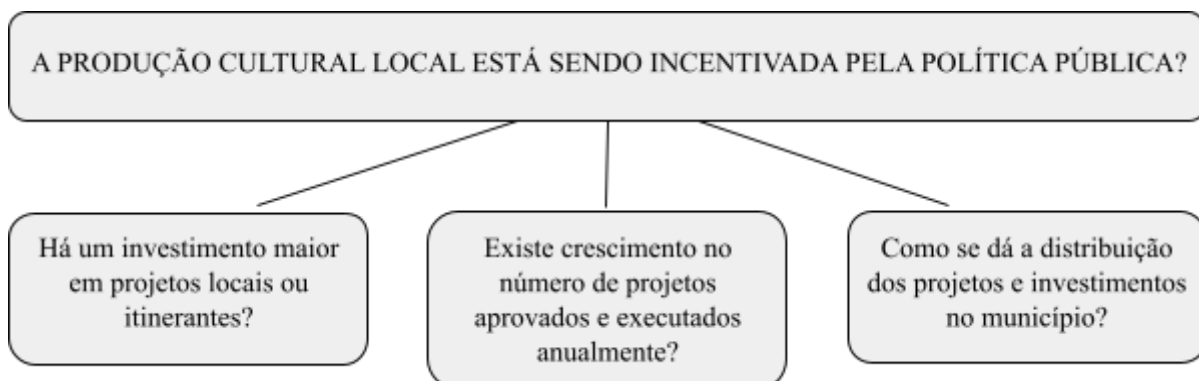
O segundo passo é o planejamento da avaliação de resultados, momento em que “é preciso garantir que a avaliação pretendida seja realista em termos de orçamento e viabilidade, levando em consideração fatores como disponibilidade de dados e restrições de tempo” (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2018, p. 243). O próprio Guia sugere, durante a descrição do passo a passo, que o analista estruture uma sequência lógica de perguntas a serem respondidas pela avaliação, para mapear os elementos das questões centrais, como por exemplo “Quais os resultados das políticas? Os objetivos da política foram cumpridos?” (2018, p. 243).

Disponibilizando mais orientações, foram sugeridas 1) uma estruturação hierárquica das perguntas, de modo que as questões centrais possam ser desmembradas em um conjunto de perguntas específicas; 2) que cada pergunta esteja relacionada a um indicador, um instrumento de análise capaz de respondê-la; e 3) a definição de benchmarks (referências) que possam contribuir para evidenciar o bom funcionamento e o sucesso da política, e que podem ser estabelecidos a partir de três eixos principais: tempo, espaço e unidade.

Através dessas instruções formulamos cinco questões centrais, todas elas segmentadas entre dois ou três questionamentos específicos. Segundo Teixeira Coelho, “uma mesma política ou ação pode ser avaliada sob ângulos diferentes, na dependência do que se resolve privilegiar [...]. A avaliação final de uma política ou ação é a somatória de várias avaliações parciais, integradas umas às outras mais de um modo dialético do que mecânico” (1997, p. 65). Nesse contexto, nossos questionamentos foram organizados em cinco grupos, cujas análises serão realizadas primeiro separadamente, para uma posterior integração.

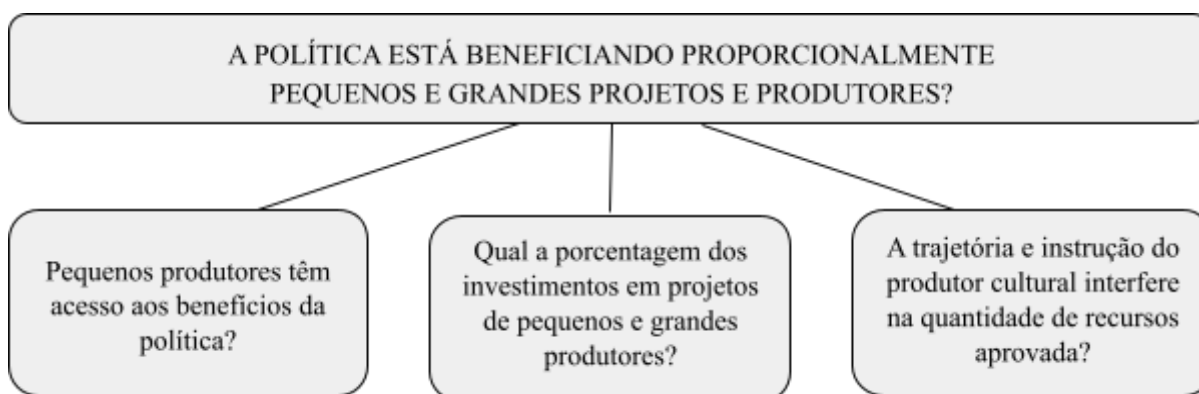
O primeiro grupo de perguntas busca comprovar o principal objetivo do Sistema Pró-Cultura RS, já citado: incentivar a produção cultural. O segundo grupo de perguntas procura compreender a porcentagem de aprovações entre projetos de produtores culturais com mais ou menos experiência. O terceiro grupo refere-se à efetividade da captação de recursos entre os projetos aprovados pela lei. O quarto e quinto grupos buscam comprovar se distribuição dos projetos está sendo igualitária de acordo com seus Segmentos Culturais e bairros de realização. O resultado da estruturação hierárquica está exposto a seguir:

Figura 1 - Estruturação para análise do incentivo da produção cultural local



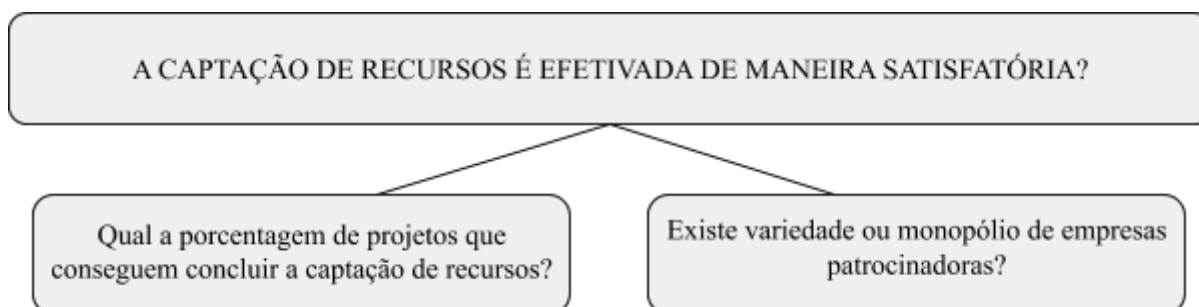
Fonte: Autores.

Figura 2 - Estruturação para análise da experiência dos produtores culturais



Fonte: Autores.

Figura 3 - Estruturação para análise da efetividade da captação de recursos



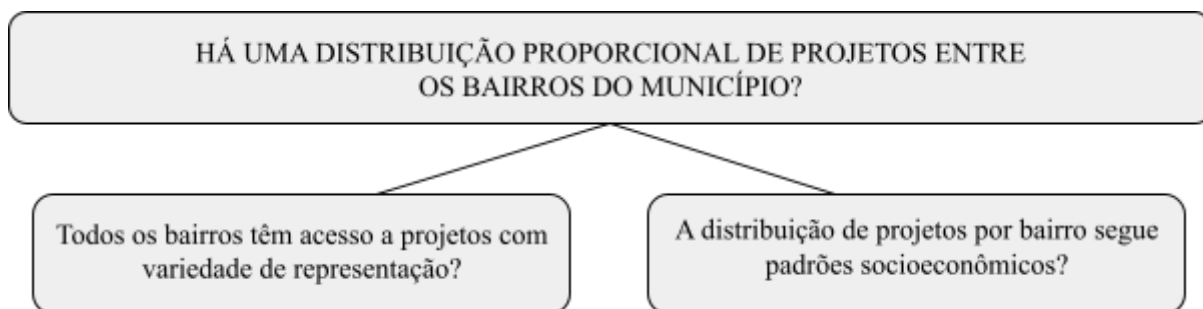
Fonte: Autores.

Figura 4 - Estruturação para análise da representação dos segmentos culturais



Fonte: Autores.

Figura 5 - Estruturação para análise da distribuição dos projetos culturais no município



Fonte: Autores.

O terceiro passo é a definição do método para coleta de informações, sendo que a técnica escolhida deve ser compatível com o contexto da política pública e da realização da análise, e será realizado a seguir. O quarto e quinto passos, a aplicação da metodologia de avaliação e a formulação de recomendações, também serão descritos e realizados ao longo dos próximos capítulos da presente monografia.

3. DEFINIÇÃO E APLICAÇÃO DO MÉTODO DE COLETA DE INFORMAÇÕES

Os métodos e técnicas para a coleta de informações apresentados pelo Guia Prático de Análise *ex post* de Políticas Públicas do Governo Federal (2018) foram:

- Observações naturais - “essa técnica de coleta de dados envolve a visita do avaliador ao local onde a política está em operação, de modo a observar diretamente o que está acontecendo” (2018, p. 254);
- Estudos de caso - “os estudos de caso coletam informações de um número limitado de unidades ou situações específicas que o avaliador antecipa que serão reveladores para a análise da política como um todo” (2018, p 246);
- Pesquisas (surveys) - “a pesquisa é uma técnica para coleta de dados primários para compor uma amostra representativa, extraída de uma população mais ampla” (2018, p. 247);

No caso da presente análise, na busca por verificar a efetividade de uma nova metodologia, mais aproximada ao campo da Comunicação Social, e também pela disponibilidade de adaptação do método a novas técnicas de coleta de informação, optamos pela realização de uma Cartografia, que será apresentada a seguir.

3.1. CARTOGRAFIA

Consideramos que, para introduzir algumas explicações sobre a metodologia de coleta de dados escolhida para a presente monografia, seja necessária a descrição de alguns termos principais como a Geografia da Comunicação e Geografia Cultural. Segundo Paulo de Sousa, “ao aproximarmos geografia e comunicação, percebemos, em linhas gerais, fluxos comunicativos a passarem pelas estruturas dos lugares” (2012, p. 49). Mais ainda, para Jesper Falkheimer e André Jansson, a relação entre as áreas se dá no fato de que “todas as formas de comunicação ocorrem no espaço, e que todos os espaços são produzidos através de representação, a qual ocorre por meios de comunicação” (2006, p. 9).

Já a Geografia Cultural dedica-se a “estudos e pesquisas que coloquem em evidência as relações entre espaço e cultura” (Rosendahl e Corrêa; 1999, p. 9). Assim como afirmava

Werlen (1993, p. 241), o espaço não é o objeto das pesquisas geográficas, mas sim as ações humanas sob determinadas condições sociais e espaciais. Dentro das Ciências Sociais, Antropologia e Geografia Cultural, o termo “mapa” costuma receber o sentido de “representação” e um significado metafórico. É aqui onde encontram-se as cartografias como mapeamentos de estruturas, relações sociais, e a Cartografia Cultural. Dentro dessa teoria, segundo Seemann (2001, p. 61) “em vez de pesquisar a cultura no espaço [...] opta-se por uma abordagem pela produção cultural como formadora do espaço”.

Nesse contexto, Peter Jackson define cultura como “o nível em que grupos sociais desenvolvem padrões de vida distintos chamados de cultura que, por si mesmos, são mapas de significados através dos quais o mundo se faz inteligível” (1993, p. 519-520). Esses mapas de significados apresentados por Jackson também remetem a análise feita por Mikesell (2000, p. 87) quando afirma a existência de “teias de significados” construídas pela cultura, e que “os significados que tentamos explicar podem ser ininteligíveis para quem está enredado nas teias e incompreendido por nós em sua totalidade”.

A cartografia, vinculada ou não à análise de dados comunicacionais ou culturais, “esteve sempre atrelada a interesses específicos de determinados grupos ou instituições”, como demonstrava Lacoste (1988 apud Paulo de Sousa 2012, p. 51). Nesse contexto, consideramos importante atentar ao fato de que a interpretação de um mapa pode distanciar-se dos objetivos propostos por quem o cartografou, e que todo mapa deve ser observado criticamente e “lido como um produto cultural carregado de perspectivas, longe de ser uma representação objetiva do mundo” (SOUSA, 2010, p. 50).

No caso da presente monografia, a Cartografia Cultural busca - através de um processo constante de levantamento de dados, análises, pesquisa exploratória e prognósticos -, construir um mapa temático do sistema de interdependências entre a política pública cultural em questão (Lei de Incentivo à Cultura - RS) e a sua distribuição geográfica no município de Santa Maria. Segundo Sampaio (2019, p. 23-24), “um mapa temático é uma forma de comunicação que emprega elementos gráficos para transmitir a mensagem, por isso deve respeitar o sistema de comunicação visual para atingir seus objetivos”.

A Comunicação Social, principalmente na área de Relações Públicas, participa do

processo de construção dessa Cartografia Cultural em razão de que fornece os conhecimentos que embasam o profissional que faz a pesquisa, o diagnóstico, participa em conjunto da construção do mapa e posteriormente da formulação de estratégias comunicacionais a partir dos conhecimentos interpretados ali. Assim, a cartografia é abordada, aqui, como um método de aproximação aos sujeitos sociais, de construção de mapas de poder e de interlocução entre os agentes no cenário de disputas de sentido.

Nesse recorte, verificou-se que a área da comunicação tem se apropriado da cartografia e que o enquadramento teórico-metodológico recorre constantemente a termos como “polifonia” e “processo” - expressões que trazem intrínsecas em seus significados toda a transitoriedade e dinâmica que a cartografia representa. Para Rosário, “cartografia” aparece como sinônimo de mapeamento, levantamento de dados ou pesquisa exploratória, e “parte do reconhecimento de que, o tempo todo, estamos em processos” (2016, p. 189), encarando o mapa como um produto em constante transformação.

3.1.1. CARTOGRAFIA NA WEB 2.0

Na sociedade atual, denominada como sociedade da informação e do conhecimento, as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) provocam constantes alterações nas relações humanas, principalmente com a evolução da Internet. Segundo Marcia Grossi, “a Internet poderia ser denominada *web 1.0*, sendo caracterizada por ser estática e, apesar de ter democratizado o acesso à informação, nela o usuário era impossibilitado de produzir conteúdo ou interagir com ele, ficando preso ao papel de observador” (2018, p. 6). Ainda segundo a autora, foi na *web 2.0* que a internet se tornou uma plataforma e passou a apresentar um forte caráter de colaboração, interação e compartilhamento de informações em diferentes formatos.

Nesse contexto, com a *web 2.0* voltada à participação e colaboração, Antoun (2008) afirma a existência de um mercado propício a conversações, à expressão e à participação de indivíduos e coletivos; onde a cooperação, a colaboração e a livre expressão são os principais instrumentos. Passamos a falar, então, de uma cartografia de projetos culturais que leva em conta a participação dos usuários da internet e os conteúdos gerados por ele, e a base para essa dinâmica são os conceitos de colaboração e *crowdsourcing* - atividades colaborativas de informação e comunicação.

Surge assim a *geocolaboração*, que fomenta o aparecimento de espaços propícios aos embates entre diferentes e divergentes saberes, vinculada à noção de “polifonia” apresentada anteriormente. Segundo Mericskay e Roche (2010, p. 237) a geocolaboração:

“designa as tentativas ou as situações colaborativas que utilizam os dados geográficos e (...) representa um dos principais eixos de reflexão a se considerar, de modo renovado, a cartografia participativa. Fundamentada na interação permanente entre conteúdos e usuários, esse tipo de situação permite emergir novos conhecimentos localizados por meio de diálogo e confronto de saberes (...)”.

A construção colaborativa de uma cartografia certamente teria grande impacto na avaliação de uma política pública, e poderia ser proposta como a metodologia para realização de nossa análise. Porém, por uma questão de delimitação do objeto de pesquisa e de tempo para sua realização, optamos por disponibilizar a cartografia para a *geocolaboração online*, consulta e inserção de novos projetos após a finalização da análise e apresentação da pesquisa para conclusão de curso.

3.1.2. METODOLOGIA CARTOGRÁFICA

Para compreender a distribuição dos projetos culturais (seus direcionamentos e investimentos financeiros no município), será realizada uma cartografia dos Projetos Culturais financiados pelo Sistema Pró-Cultura RS nos últimos 5 anos no município. No contexto da aplicação cotidiana das políticas culturais santa-marienses, esse mapeamento levará em conta dados demográficos socioeconômicos do município, além de considerar categorias de análise e indicadores referentes aos projetos vigentes.

O passo a passo a ser realizado durante essa pesquisa será:

- 1) Estudo do Guia prático de Avaliação *ex post* de Políticas Públicas do Governo Federal;
- 2) Estruturação hierárquica de questionamentos relacionados a indicadores;
- 3) Análise dos Projetos Culturais santa-marienses aprovados pelo Sistema Pró-Cultura RS nos últimos 5 anos presentes no Banco de Projetos da LIC de acordo com as seguintes categorias: segmento cultural, situação atual, produtor cultural, abrangência, duração, valor investido, bairro e local de realização;

- 4) Inserção das informações na plataforma colaborativa *Google My Maps*;
- 5) Resolução dos questionamentos;
- 6) Checagem comparativa com dados de município equivalente;
- 7) Definição de recomendações.

3.2. APLICAÇÃO DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

Considerando o passo a passo proposto anteriormente, nos encontramos agora no terceiro item da metodologia, de análise e categorização dos projetos culturais. Com relação às demais etapas, o 4º item será descrito ainda no presente capítulo, e os demais serão apresentados ao longo da pesquisa.

3.2.1. CATEGORIZAÇÃO DE PROJETOS CULTURAIS

Dando início à categorização dos projetos culturais realizados através do Sistema Pró-Cultura RS no município de Santa Maria, recordamos uma afirmação de Teixeira Coelho a respeito de períodos de avaliação e bancos de dados. O autor afirma que:

“se ações localizadas no tempo e no espaço podem ser avaliadas integralmente num determinado momento, as políticas como um todo somente são avaliadas no decurso de intervalos maiores e dependem da acumulação de informações em bancos de dados capazes de fornecer não apenas retratos de períodos determinados como permitir o acompanhamento das várias curvas de respostas possíveis” (1997, p. 65).

Para realizar nossa categorização de dados e avaliação, optamos pelo período entre 2015 e 2019 e recorreremos ao Banco de Projetos do Sistema Unificado Pró-cultura/RS¹⁰. O site, administrado pela Secretaria de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul, disponibiliza uma consulta *online* sobre todos os projetos aprovados, em vigência da captação e que ainda tenham valor a captar pela Lei de Incentivo, e permite que a busca seja delimitada por a) título do projeto; b) número do processo; c) segmento cultural; e d) localidade, como pode ser visualizado na imagem a seguir:

¹⁰ Disponível em <www.procultura.rs.gov.br/> Primeiro acesso em: 20/03/2020.

Figura 6 - Consulta *online* de projetos do Sistema PRÓ-CULTURA/RS

Fonte: procultura.rs.gov.br/

Nossa consulta à plataforma restringiu-se aos projetos aprovados em Santa Maria/RS, e logo em um primeiro momento demonstrou informações relevantes sobre a atuação da política pública no município. Durante todo o período de sua vigência, não foram registrados projetos nos seguintes Segmentos Culturais na cidade:

- Aquisição de Acervo;
- Artes Cênicas: circo;
- Artes Visuais: fotografia;
- Artes Visuais: “design” artístico;
- Artesanato;
- Audiovisual: concurso;
- Carnaval de rua;
- Espaço Cultural (Art.4º, VIII, Lei 13.490/10);
- Pesq. e Docum.: patrimônio cultural imaterial.

Delimitando um pouco mais a consulta ao Banco de Projetos, e buscando em cada iniciativa as informações específicas sobre ano de sua proposição, constatamos ainda que no período entre 2015 e 2019 os seguintes Segmentos Culturais também não foram registrados no município em questão:

- Artes Visuais: artes plásticas;
- Audiovisual: eventos de exibição;
- Audiovisual: novas mídias;
- Audiovisual: produção de cinema em curta ou média-metragem;

- Audiovisual: produção de cinema em longa-metragem;
- Audiovisual: produção de vídeo;
- Culturas Populares;
- Literatura: feira de livro;
- Tradição e Folclore.

Após essa primeira leitura das informações disponibilizadas pelo sistema, optamos por categorizar todos os projetos que foram *aprovados* pela LIC RS, no período já delimitado, de acordo com o seu Segmento Cultural e Abrangência (local ou itinerante) - considerando que alguns projetos apenas transitaram pelo município ao longo de sua realização. Os resultados obtidos foram categorizados nas seguintes planilhas:

Tabela 1 - Projetos aprovados pela LIC/RS no município de Santa Maria em 2015

PROJETOS APROVADOS EM 2015			
SEGMENTO CULTURAL	Nº DE PROJETOS APROVADOS	ABRANGÊNCIA	
		LOCAL	ITINERANTE
Artes Cênicas: dança	1	-	1
Artes Cênicas: teatro	1	1	-
Literatura: impressão de livro, revista e outros	1	-	1
Música	4	-	4

Fonte: Autores.

A Tabela 1 demonstra que em 2015 foram aprovados sete projetos, sendo apenas um deles produzido e realizado no município e os demais itinerantes. Os únicos segmentos culturais registrados foram a) 1 projeto em Artes Cênicas: dança; b) 1 projeto em Artes Cênicas: teatro; c) 1 projeto em Literatura: impressão de livro, revista e outros; e d) 4 projetos em Música.

Tabela 2 - Projetos Aprovados pela LIC/RS no município de Santa Maria em 2016

PROJETOS APROVADOS EM 2016			
SEGMENTO CULTURAL	Nº DE PROJETOS APROVADOS	ABRANGÊNCIA	
		LOCAL	ITINERANTE
Artes Cênicas: dança	1	1	-
Artes Cênicas: teatro	2	2	-
Artes Integradas	2	-	2
Música	3	2	1

Fonte: Autores.

Em 2016 foram aprovados oito projetos, sendo cinco deles produzidos e realizados em Santa Maria, um número nitidamente maior em relação ao ano anterior, e os demais itinerantes. Os segmentos culturais registrados foram a) 1 projeto em Artes Cênicas: dança; b) 2 projetos em Artes Cênicas: teatro; c) 2 projetos em Artes Integradas; e d) 3 projetos em Música.

Tabela 3 - Projetos Aprovados pela LIC/RS no município de Santa Maria em 2017

PROJETOS APROVADOS EM 2017			
SEGMENTO CULTURAL	Nº DE PROJETOS APROVADOS	ABRANGÊNCIA	
		LOCAL	ITINERANTE
Artes Cênicas: dança	1	-	1
Artes Cênicas: teatro	5	3	2
Artes Integradas	2	-	2
Música	10	3	7
Registro Fonográfico	2	-	2

Fonte: Autores.

Em 2017, de acordo com a Tabela 3, foram aprovados 20 projetos, sendo apenas seis deles produzidos e realizados em âmbito local, e os demais itinerantes. Os segmentos culturais registrados foram a) 1 projeto em Artes Cênicas: dança; b) 5 projetos em Artes Cênicas:

teatro; c) 2 projetos em Artes Integradas; d) 10 projetos em Música; e) 2 projetos em Registro Fonográfico.

Tabela 4 - Projetos Aprovados pela LIC/RS no município de Santa Maria em 2018

PROJETOS APROVADOS EM 2018			
SEGMENTO CULTURAL	Nº DE PROJETOS APROVADOS	ABRANGÊNCIA	
		LOCAL	ITINERANTE
Artes Cênicas: dança	2	1	1
Artes Cênicas: teatro	2	1	1
Artes Visuais: artes gráficas	1	-	1
Literatura: impressão de livro, revista e outros	2	1	1
Música	7	3	4

Fonte: Autores.

Em 2018 foram aprovados 14 projetos, sendo seis deles produzidos e realizados em âmbito local, e os demais itinerantes. Os segmentos culturais registrados foram a) 2 projetos em Artes Cênicas: dança; b) 2 projetos em Artes Cênicas: teatro; c) 1 projetos em Artes Visuais: artes gráficas; d) 2 projetos em Literatura: impressão de livro, revista e outros; e e) 7 projetos em Música.

Tabela 5 - Projetos Aprovados pela LIC/RS no município de Santa Maria em 2019

PROJETOS APROVADOS EM 2019			
SEGMENTO CULTURAL	Nº DE PROJETOS APROVADOS	ABRANGÊNCIA	
		LOCAL	ITINERANTE
Artes Integradas	3	1	2
Literatura: impressão de livro, revista e outros	2	2	1
Música	3	-	3
Restauração de bem tombado (Art.4º, VII, Lei 13.490/10)	1	1	-

Fonte: Autores.

Para concluir, a Tabela 5 demonstra que em 2019 foram aprovados somente nove projetos, sendo apenas três deles produzidos e realizados em âmbito local, e os demais itinerantes. Os segmentos culturais registrados foram a) 3 Artes Integradas; b) 2 projetos em Literatura: impressão de livro, revista e outros c) 3 projetos em Música; e d) 1 projeto em Restauo de bem tombado (Art.4º, VII, Lei 13.490/10).

Através da análise das primeiras informações obtidas, observa-se a irregularidade na curva do número de aprovações de projetos ao longo destes cinco anos. O total de projetos aprovados no período soma 58 propostas, sendo 21 delas produzidas e realizadas no município e 37 itinerantes (aqueles projetos realizados em diferentes municípios), como pode ser visualizado no gráfico a seguir.

Tabela 6 - Total de projetos aprovados entre 2015 e 2019 por Segmento Cultural

TOTAL DE PROJETOS APROVADOS ENTRE 2015 E 2019			
SEGMENTO CULTURAL	Nº DE PROJETOS APROVADOS	ABRANGÊNCIA	
		LOCAL	ITINERANTE
Artes Cênicas: dança	5	2	3
Artes Cênicas: teatro	10	7	3
Artes Integradas	7	1	6
Artes Visuais: artes gráficas	1	-	1
Literatura: impressão de livro, revista e outros	5	2	3
Música	27	8	19
Registro Fonográfico	2	-	2
Restauo de bem tombado (Art.4º, VII, Lei 13.490/10)	1	1	-

Fonte: Autores.

Destes 58 projetos, porém, apenas 26 realmente conseguiram captar os recursos necessários para sua execução, e as categorias de “Artes Visuais: artes gráficas” e “Restauo de bem tombado” não tiveram projetos efetivados. Os demais 32 projetos foram inseridos

pelo Banco de Projetos na categoria “Arquivado - Término dos prazos”, e não concluíram sua execução. Para dar continuidade ao mapeamento e categorização dos dados, nossa busca foi aprofundada em relação aos projetos que concluíram a fase da captação de recursos.

Tabela 7 - Total de projetos executados entre 2015 e 2019 por Segmento Cultural

TOTAL DE PROJETOS EXECUTADOS ENTRE 2015 E 2019			
SEGMENTO CULTURAL	Nº DE PROJETOS APROVADOS	ABRANGÊNCIA	
		LOCAL	ITINERANTE
Artes Cênicas: dança	3	1	2
Artes Cênicas: teatro	5	5	-
Artes Integradas	4	1	3
Literatura: impressão de livro, revista e outros	3	2	1
Música	10	3	7
Registro Fonográfico	1	-	1

Fonte: Autores.

3.2.2. DESCRITIVO DOS PROJETOS CULTURAIS

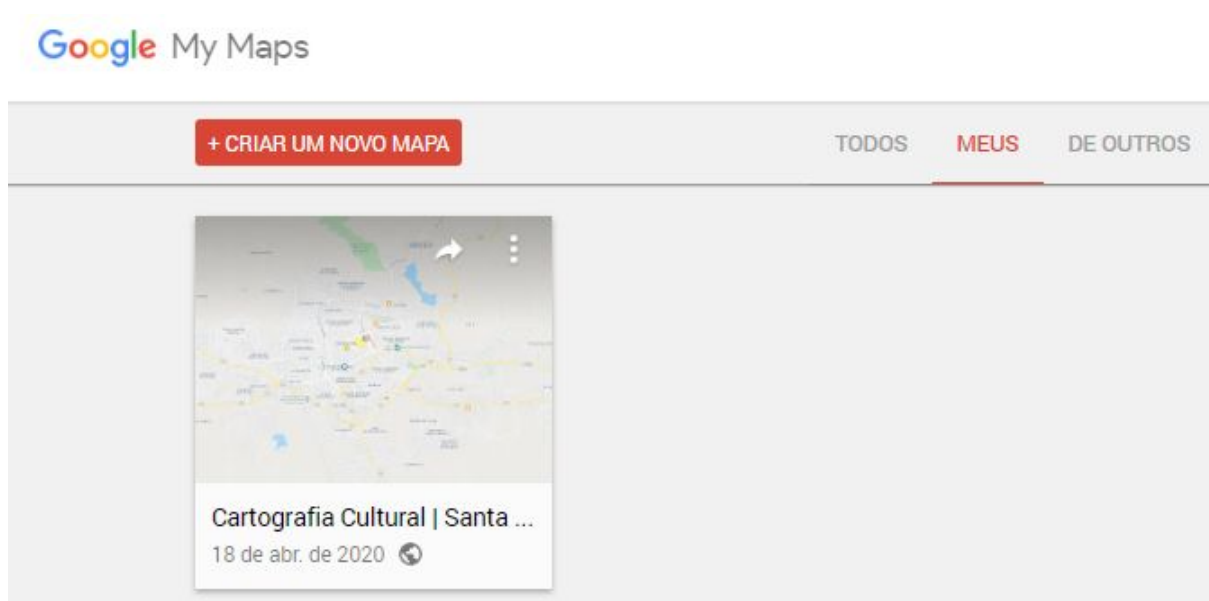
Para a categorização dos projetos dos 26 projetos apresentados que foram executados através da LIC-RS, construímos também planilhas descritivas com todas as informações contidas no Banco de Dados consultado a respeito deles. O resultado do estudo foi compilado em cinco tabelas que podem ser consultadas nos apêndices deste documento, incluindo as sete das categorias de análise propostas pela metodologia: segmento cultural, situação atual, produtor cultural, abrangência, duração, valor investido e local/bairro de realização. Essas informações serviram como base de nossa análise e também foram incluídas na plataforma *Google My Maps*, que será apresentada a seguir.

3.2.3. PLATAFORMA *GOOGLE MY MAPS*

O *Google My Maps* foi a plataforma escolhida para alojar nossa pesquisa por permitir a criação e o compartilhamento de mapas personalizados *online* por qualquer usuário com

uma conta no *Google*. O sistema tem uma interface intuitiva, apresentada na Figura 3, e permite a adição de camadas, desenhos, formas, ícones e cores aos mapas personalizados. Além disso, apresenta a possibilidade de criação de mapas baseados em planilhas e a inserção de imagens e conteúdos audiovisuais na construção cartográfica. A criação também pode ser colaborativa, através do *Google Drive*, e o resultado final pode ser compartilhado em *websites* ou *blogs*, permitindo ampla divulgação e posterior circulação das informações obtidas no meio cultural do município.

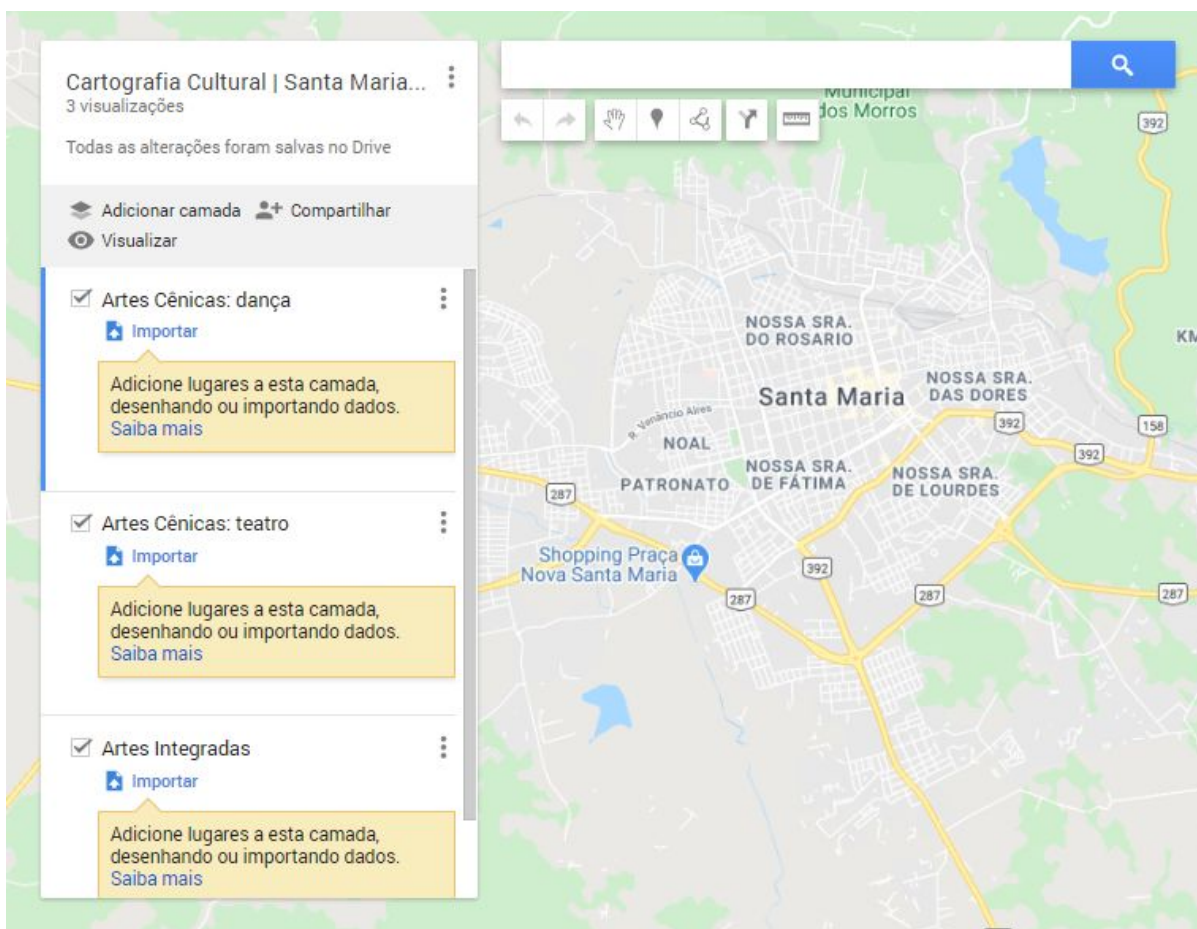
Figura 7 - Interface da plataforma *Google My Maps*



Fonte: google.com/maps/.

O primeiro passo para iniciar a cartografia é a criação de um Novo Mapa, que em nosso caso foi denominado como “Cartografia Cultural | Santa Maria - RS”. Em seguida, para armazenar as informações anteriormente categorizadas, foram adicionadas seis camadas ao mapa (Figura 8), referentes aos Segmentos Culturais com projetos registrados ao longo dos cinco analisados: Artes Cênicas: dança, Artes Cênicas: teatro, Artes Integradas, Literatura: impressão de livro, revista e outros, Música e Registro Fonográfico. As camadas servem para diferenciar e categorizar informações específicas, e podem ser preenchidas com marcadores de locais, figuras, linhas e rotas, como demonstraremos a seguir.

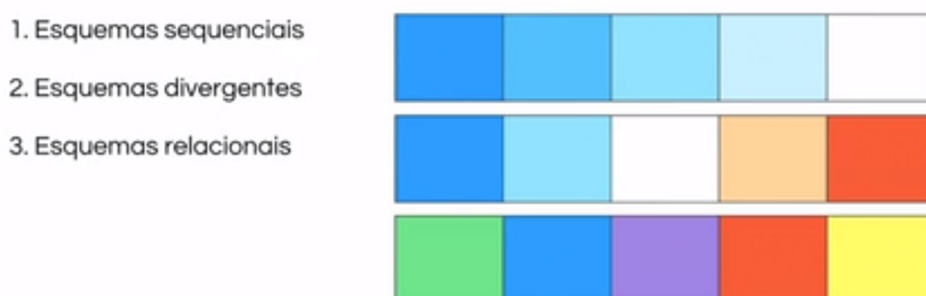
Figura 8 - Criação de camadas por Segmento Cultural



Fonte: google.com/maps/.

O professor Antônio Laranjeira, no curso online “Produção de Cartografias e Análise de Mapas Online - 1ª edição” viabilizado em 2019 pelo IBPAD (Instituto Brasileiro de Pesquisa e Análise de Dados), ensina como a escolha de cores pode influenciar na interpretação e entendimento do leitor de um mapa. Em sua aula sobre “Técnicas de Mapeamento Temático”, ele apresenta três designs principais para mapear dados: esquemas sequenciais, esquemas divergentes e esquemas relacionais, como demonstra a Figura 9. Em nosso mapeamento, pela convergência de dados quantitativos e qualitativos, optamos pela utilização de cores divergentes e variadas para diferenciar informações específicas dos projetos realizados a cada ano, sem categorizá-los por escala gradual de prioridade ou excelência.

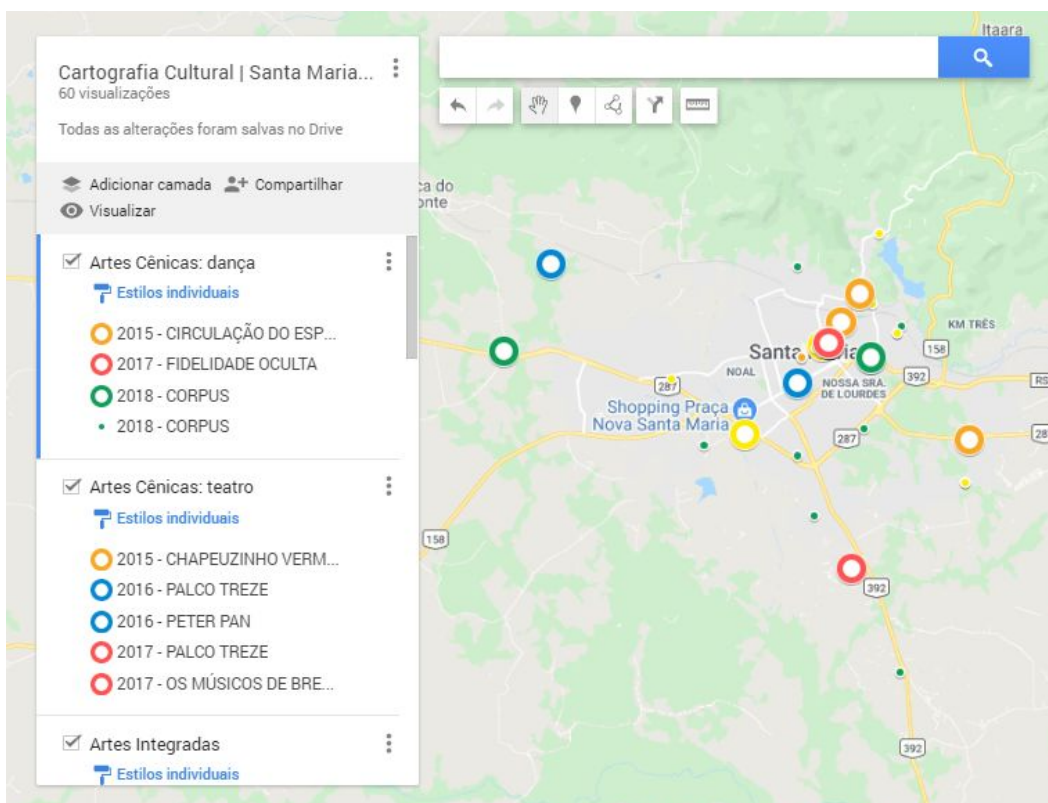
Figura 9 - Esquemas para Mapeamento de Dados por cores



Fonte: LARANJEIRAS (2019)

O passo seguinte, então, foi a inserção dos 26 Projetos Culturais executados em suas camadas de Segmento Culturais correspondentes, diferenciando-os por ano de realização através de cores: 2015 em laranja, 2016 em azul, 2017 em vermelho, 2018 em verde e 2019 em amarelo. O resultado pode ser visualizado na Figura 10, e incluiu a distribuição dos projetos de acordo com seu local de realização, o que permite a visualização de conglomerados de projetos em bairros específicos.

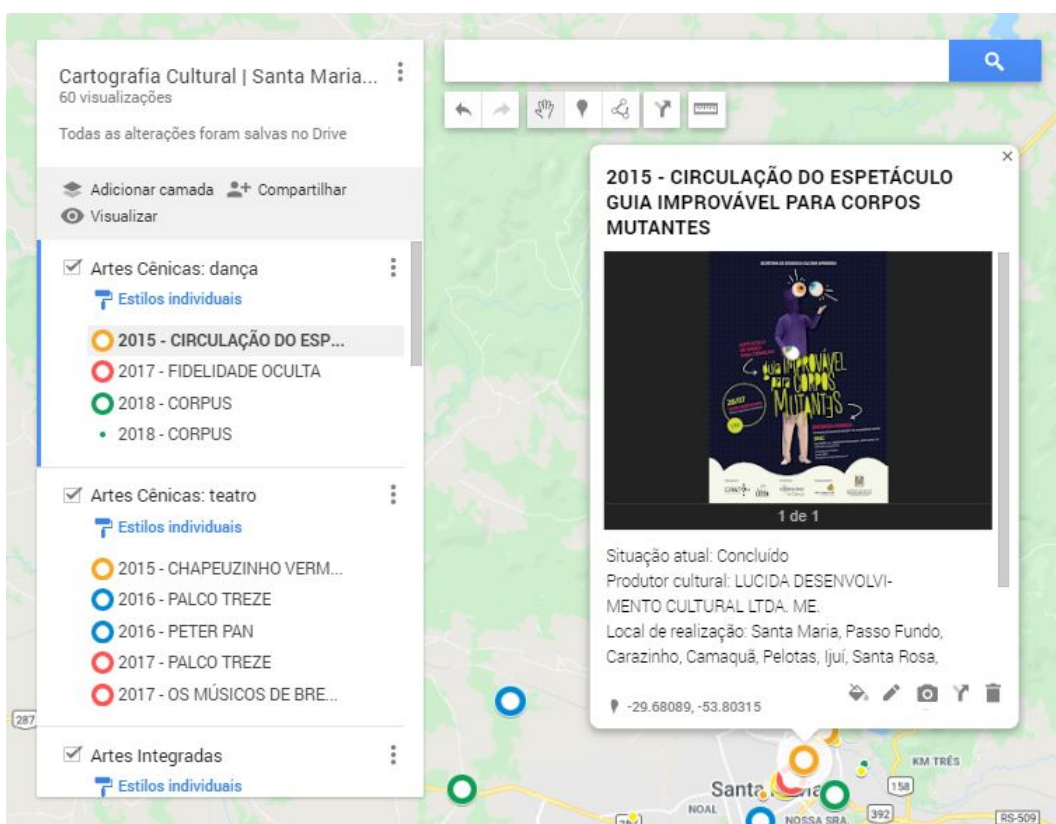
Figura 10 - Inserção dos Projetos Culturais em camadas correspondentes



Fonte: [google.com/maps/](https://www.google.com/maps/).

Em sequência, como demonstrado através da Figura 11, inserimos as informações coletadas anteriormente no Banco de Projetos do Sistema Pró-Cultura/RS sobre cada projeto nos pontos do mapa onde foram realizados. As categorias apresentadas foram: situação atual, produtor cultural, abrangência de realização, duração e valor investido. Também foram inseridas imagens representativas dos projetos para proporcionar um melhor entendimento das propostas, já que as informações coletadas não descrevem a totalidade dos projetos culturais.

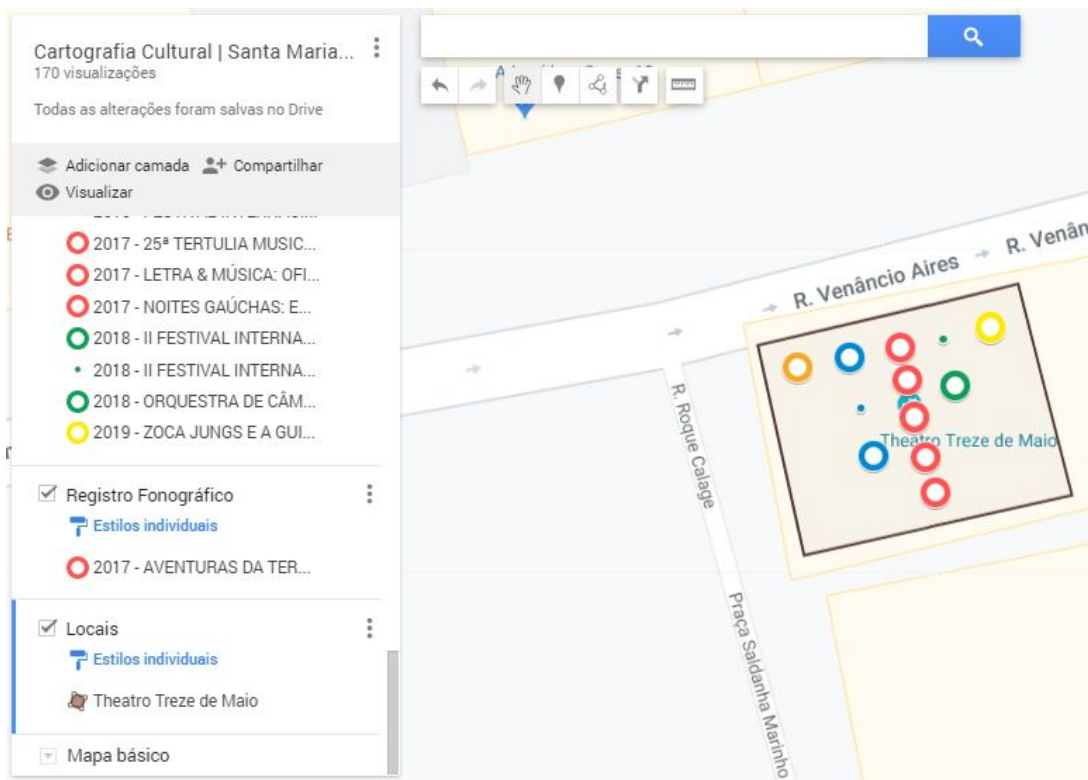
Figura 11 - Descrição dos Projetos Culturais



Fonte: google.com/maps/.

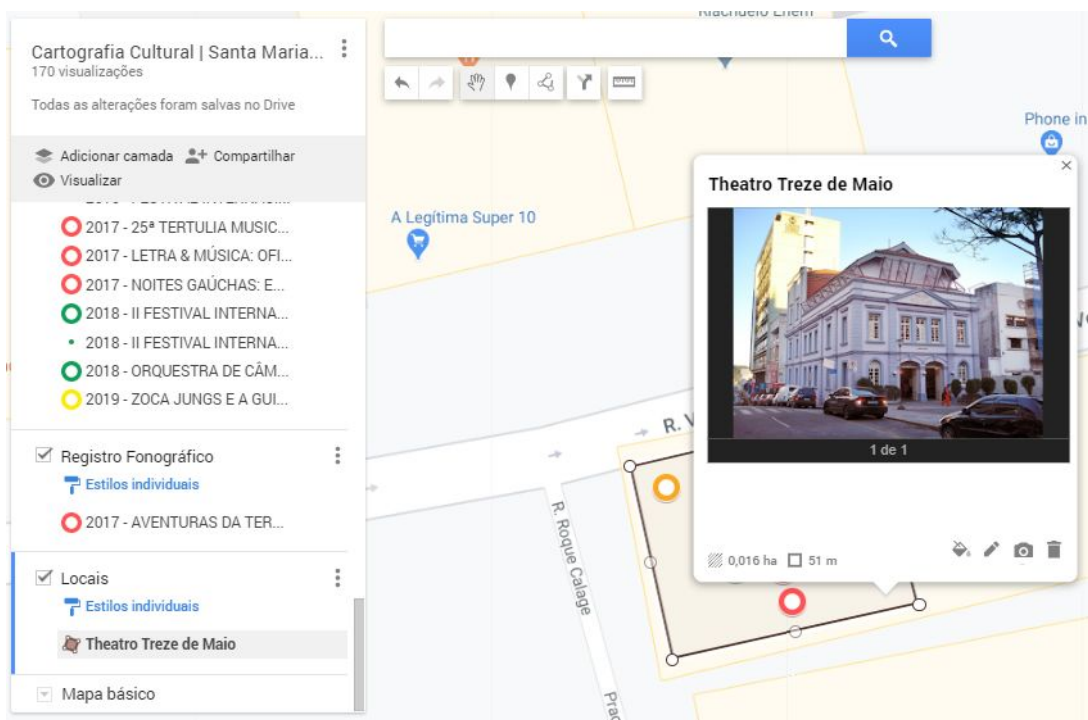
No caso de localizações que incluem diversos projetos, como o caso do Theatro Treze de Maio, a plataforma permite a criação de polígonos e figuras, como demonstra a Figura 12. Essas figuras auxiliam na organização das informações de determinada localização, podem receber textos e imagens e também devem ser inseridas em uma camada própria. Dessa forma, além de buscar pelos projetos através de seu segmento cultural, o leitor do mapa também pode buscar pelos projetos realizados em determinados Centros Culturais, como exemplifica a Figura 13.

Figura 12 - Exemplo Inserção de Polígonos e Figuras em camada específica



Fonte: google.com/maps/.

Figura 13 - Descrição de Figura como localização



Fonte: google.com/maps/.

4. AVALIAÇÃO

Relembrando o passo a passo proposto pelo Guia prático de Avaliação *ex post* de Políticas Públicas do Governo Federal (2018), após a coleta dos dados, é possível realizar a análise e a interpretação dos resultados, o que pode ser feito de maneira quantitativa ou qualitativa. O Guia explica que “o método quantitativo busca dimensionar um problema por meio de análise numérica, apresentando um caráter conclusivo. As informações permitem a análise de estatísticas descritivas e inferenciais” e que o método qualitativo, por sua vez, “pode ser utilizado para dimensionar uma questão por meio de análise contextual, de caráter explanatório” (2018, p. 248).

Realizaremos nossa avaliação de acordo com a estruturação hierárquica de perguntas proposta pelo Guia e realizada na Figura 1 do presente documento. O *benchmark* definido para a resolução dos questionamentos é a comparação entre os cinco anos analisados ao longo da pesquisa. A estrutura deste capítulo de recomendações está dividida em tópicos referentes aos indicadores formulados: 4.1.) Incentivo da produção cultural local; 4.2.) Experiência dos produtores culturais; 4.3.) Efetividade da captação de recursos; 4.4.) Representação dos segmentos culturais; e 4.5.) Distribuição dos projetos culturais no município. As perguntas específicas são respondidas prioritariamente, mantendo as questões centrais como consequência das respostas anteriores e conclusão da análise de cada indicador.

4.1. INCENTIVO DA PRODUÇÃO CULTURAL LOCAL

Há um investimento maior em projetos locais ou itinerantes?

A Tabela 7, incluída no item “3.2.1. Categorização De Projetos Culturais” da presente monografia, apresenta informações sobre o número total de projetos executados entre 2015 e 2019 em Santa Maria/RS, divididos por seu Segmento Cultural. Para realizar uma análise comparativa das informações sobre os investimentos em projetos locais e itinerantes realizados a cada ano no município, construímos o modelo a seguir que organiza os 26 projetos de acordo com sua abrangência e valor total de investimentos, sendo 12 deles projetos locais e 14 projetos itinerantes:

Tabela 8 - Investimentos anuais em projetos locais e itinerantes

ANO	Nº DE PROJETOS EFETIVADOS	ABRANGÊNCIA		TOTAL DE INVESTIMENTOS	
		LOCAL	ITINERANTE	LOCAL	ITINERANTE
2015	5	1	4	R\$ 75.000,00	R\$ 54.116,31
2016	5	3	2	R\$ 300.000,00	R\$ 87.232,77
2017	7	3	4	R\$ 233.468,00	R\$ 165.216,24
2018	4	3	1	R\$ 450.719,50	R\$ 33.333,33
2019	5	2	3	R\$ 166.000,00	R\$ 118.616,66

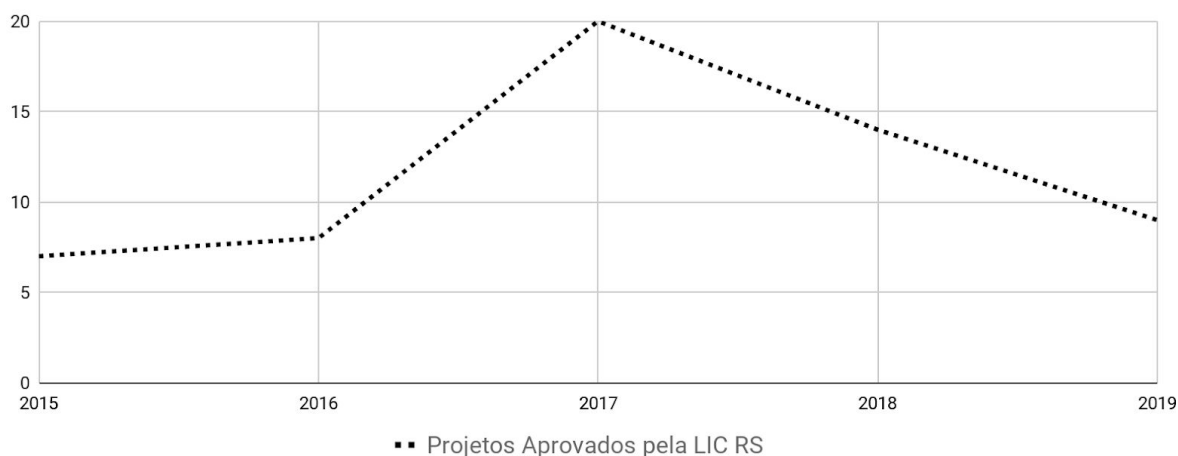
Fonte: Autores.

Pelas informações coletadas é possível visualizar que por três anos não consecutivos houve mais projetos itinerantes (realizados em diversos municípios) do que locais (produzidos e realizados apenas em Santa Maria), mas que esse número não refletiu no tamanho dos investimentos realizados no município. O valor total direcionado a projetos locais, durante todos os anos foi sempre maior do que o valor total investido na cidade por projetos itinerantes - fator que se justifica pela divisão dos investimentos entre todas as cidades pelas quais transitam os projetos itinerantes, mas que deve servir como incentivo para a produção cultural local.

Existe crescimento no número de projetos aprovados e executados anualmente?

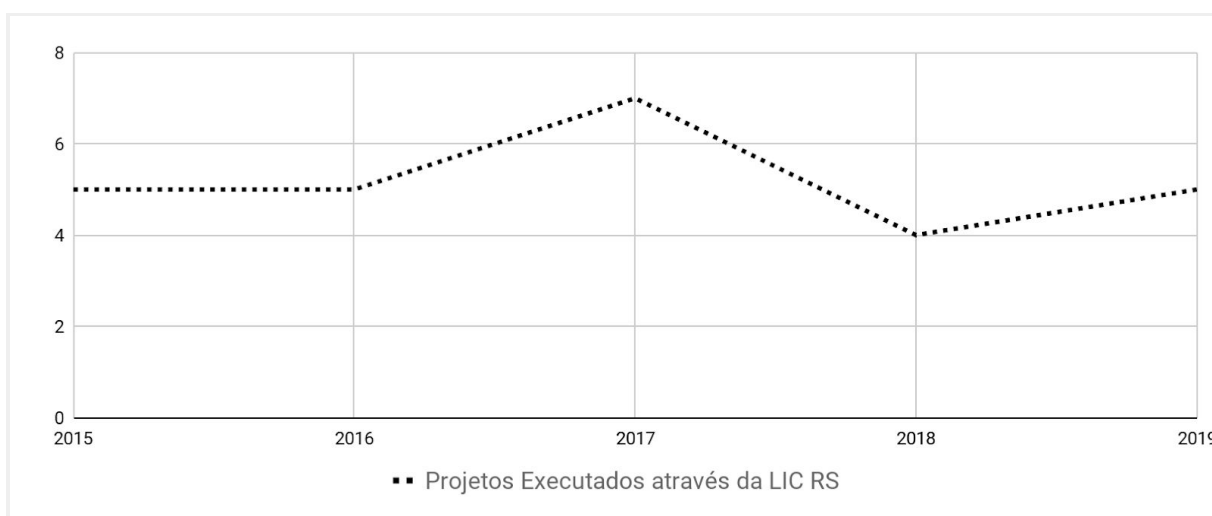
Consideramos anteriormente que, dos 58 projetos aprovados ao longo dos cinco anos, apenas 26 concluíram a captação de recursos e foram efetivados. Um comparativo entre as Figuras 14 e 15 expostas a seguir, que representam graficamente essas informações, permite visualizar que o número de projetos aprovados aumentou constantemente ao longo dos primeiros três anos (2015-2017), durante os governos Dilma e Temer, e resultou em uma grande queda nos últimos dois (2018-2019) ao longo do Governo Bolsonaro. Já o gráfico representativo dos projetos executados segue uma curva diferente, iniciando-se e sendo concluída com o mesmo número - cinco projetos executados por ano -, porém incluindo um aumento em 2017 e queda em 2018, como pode ser visualizado a seguir:

Figura 14 - Gráfico descritivo do número de projetos aprovados entre 2015 e 2019



Fonte: Autores.

Figura 15 - Gráfico descritivo do número de projetos executados entre 2015 e 2019



Fonte: Autores.

Como se dá a distribuição dos projetos e investimentos no município?

Para compreender a distribuição dos projetos e investimentos, foi realizado um estudo relacionando o número de projetos realizados por bairro no município entre 2015 e 2019 com o valor total e o valor médio investidos ali ao longo desses anos. Consideramos os projetos itinerantes, aqueles realizados em diversos municípios, com o seu investimento total aprovado dividido entre as cidades participantes. Os projetos locais que foram realizados em diferentes

bairros também tiveram os seus valores divididos, mas foram citados repetidamente, resultando em um número total de projetos que parece ser 50 quando na verdade foram realizados apenas 26 projetos oficiais na cidade.

O resultado do estudo (Tabela 9) demonstra a grande discrepância na distribuição dos projetos no município. Dentre os 41 bairros da cidade (dados da Agência de Desenvolvimento de Santa Maria¹¹) apenas 21 receberam investimentos, e o centro da cidade recebeu 19 projetos ao longo do período analisado, 38% do número total, sendo 12 deles no mesmo local de realização: o Theatro Treze de Maio (como pode ser observado nas tabelas descritivas nos apêndices deste documento). O bairro Centro, portanto, recebeu também o maior valor financeiro, 3,4 vezes maior que o seguinte bairro com maior número de projetos: Camobi.

Tabela 9 - Distribuição de projetos e investimentos no município por bairro de realização

BAIRRO DE REALIZAÇÃO	NÚMERO DE PROJETOS	VALOR TOTAL INVESTIDO	VALOR MÉDIO INVESTIDO POR ANO
Centro	19 projetos	R\$ 857.972,03	R\$ 171.594,40
Camobi	5 projetos	R\$ 252.376,81	R\$ 50.475,36
Cerrito	1 projeto	R\$ 120.996,83	R\$ 24.199,37
Lorenzi	1 projeto	R\$ 117.632,30	R\$ 23.526,46
Nossa Senhora das Dores	2 projetos	R\$ 91.250,00	R\$ 18.250,00
Nossa Senhora de Fátima	1 projeto	R\$ 73.191,60	R\$ 14.638,32
Boca do Monte	2 projeto	R\$ 42.403,33	R\$ 8.480,66
Arroio do Sol	1 projeto	R\$ 23.333,33	R\$ 4.666,67
Presidente João Goulart	2 projetos	R\$ 20.264,60	R\$ 4.052,92
Agroindustrial	1 projeto	R\$ 14.041,17	R\$ 2.808,23
Itararé	2 projeto	R\$ 20.703,74	R\$ 4.140,75
João Luiz Pozzobom	2 projeto	R\$ 19.202,30	R\$ 3.840,46
Renascença	1 projeto	R\$ 10.132,30	R\$ 2.026,46
Passo das Tropas	1 projeto	R\$ 10.132,30	R\$ 2.026,46

¹¹ Disponível em <<http://santamariaemdados.com.br/sociedade/8-1-demografia/>> Acesso em: 21/04/2020.

Nossa Senhora do Perpétuo Socorro	1 projeto	R\$ 10.132,30	R\$ 2.026,46
Patronato	1 projeto	R\$ 9.070,00	R\$ 1.814,00
Palma	2 projeto	R\$ 19.202,30	R\$ 3.840,46
Arroio Grande	1 projeto	R\$ 9.070,00	R\$ 1.814,00
Juscelino Kubitschek	1 projeto	R\$ 9.070,00	R\$ 1.814,00
Campestre do Menino Deus	1 projeto	R\$ 9.070,00	R\$ 1.814,00
Presidente João Goulart	1 projeto	R\$ 9.070,00	R\$ 1.814,00
Cerrito	1 projeto	R\$ 9.070,00	R\$ 1.814,00
Uglione	1 projeto	R\$ 9.070,00	R\$ 1.814,00

Fonte: Autores.

A produção cultural local está sendo incentivada pela política pública?

Os dados apresentados permitem aferir que até 2017 se concretizava um aumento anual constante no número de projetos aprovados pela política pública cultural no município, e que os valores investidos na cidade por projetos culturais produzidos localmente sempre foram consideravelmente maiores que os investimentos recebidos por projetos itinerantes. Dessa forma, justifica-se a afirmativa de que a produção cultural local é incentivada pela política, e que quando efetivou-se uma queda no número de projetos aprovados houve um aumento no valor autorizado para a execução dos projetos executados.

4.2. EXPERIÊNCIA DOS PRODUTORES CULTURAIS

Pequenos produtores têm acesso aos benefícios da política?

A Tabela 10, exposta a seguir, descreve o desempenho dos 16 Produtores Culturais cujos projetos foram incluídos em nossa pesquisa. A coleta de informações foi realizada através da Consulta de Produtores Culturais¹² do Sistema Pró-Cultura RS, e a análise incluiu o número de projetos propostos, aprovados ou executados e o ano do primeiro projeto inscrito por cada proponente no sistema da lei atual. Consideramos pequenos produtores aqueles que apresentaram até duas propostas de projetos por ano, e grandes produtores os que realizaram

¹² Disponível em <http://www.procultura.rs.gov.br/index.php?menu=index_produtores> Acesso em: 26/04/2020.

mais de duas propostas. Dessa forma, são reconhecidos oito grandes produtores e oito pequenos produtores ao final da análise de desempenho.

É importante considerar ainda a porcentagem de projetos aprovados e executados por cada proponente, para compreender os fatores que justificam o seu desempenho. Os principais motivos que levam um projeto proposto a não ser aprovado são falhas diagnosticadas durante a sua Análise de Admissibilidade e Análise Técnica, e a razão que leva projetos aprovados a não concluírem sua execução é a dificuldade para a captação dos recursos necessários. Na tabela a seguir, os nomes de grandes produtores culturais estão grafados em fonte negrito.

Tabela 10 - Descritivo sobre Produtores Culturais

PRODUTOR CULTURAL	PROJETOS ENTRE 2015-2019	1º PROJETO PROPOSTO NA LIC RS	PROJETOS PROPOSTOS NA LIC RS	PROJETOS APROVADOS NA LIC RS	PROJETOS EXECUTADOS NA LIC RS
Chili Produções Culturais Ltda	9	2011	34	27	21
Associação dos Amigos do Theatro Treze De Maio	2	2014	3	3	3
Associação Coro de Câmara de Santa Maria	2	2016	3	3	2
Mais Além Produções Artísticas Eireli	1	2011	29	22	15
M. Horn e Cia Ltda	1	2013	25	13	13
Steffen Projetos e Eventos Ltda Me	1	2012	16	11	10
VH Produções Culturais e Artísticas	1	2011	16	11	6
Cuco Produções	1	2013	15	14	5
Quinteto Canjerana Ltda-me	1	2016	13	4	3
Efexis Marketing e Eventos Ltda	1	2013	12	2	2
Vetor 8	1	2015	11	4	3
Agnata Marketing e Eventos Ltda Me	1	2016	9	6	2

L.C.Vilanova Ltda	1	2016	9	7	7
Lucas Jaskulski Luz	1	2014	5	4	2
Trank Way Produtora de Eventos Ltda	1	2013	5	2	2
Lucida Desenvolvimento Cultural Ltda. Me.	1	2015	2	1	1

Fonte: Autores.

Reconhecemos, então, um número proporcional de pequenos e grandes produtores. Porém, de acordo com as informações da Tabela 10 podemos aferir também que os grandes produtores executaram 61,5% dos 26 Projetos Culturais analisados entre 2015 e 2019. Assim, concluímos que pequenos produtores têm sim o acesso aos benefícios da política, mas o número de aprovações e execuções não ocorre de maneira equitativa.

Qual a porcentagem dos investimentos em projetos de pequenos e grandes produtores?

Para avaliar a porcentagem dos investimentos em projetos de pequenos e grandes produtores culturais, somamos o valor investido em todos os projetos por eles realizados e incluímos as informações na Tabela 11. Mesmo com 37,5% de projetos aprovados a menos, os dados demonstram que pequenos produtores aprovam investimentos 13,5% maiores em seus projetos em relação aos considerados grandes produtores culturais. Respondendo a pergunta principal, do valor total de R\$3.980.656,57 investidos no município: 42,45% foram direcionados a pequenos produtores e 57,55% a grandes produtores culturais.

Tabela 11 - Valores investidos em projetos de pequenos e grandes Produtores Culturais

PEQUENOS PRODUTORES	10 projetos	Média de valor investido: R\$ 169.008,33
	R\$ 1.690.083,32	
GRANDES PRODUTORES	16 projetos	Média de valor investido: R\$ 143.160,82
	R\$ 2.290.573,25	

Fonte: Autores.

A trajetória e instrução do produtor cultural interfere na quantidade de recursos aprovada?

Os dados financeiros apresentados na Tabela 11 demonstram que, ao longo dos cinco anos analisados, os pequenos produtores obtiveram uma média de valor autorizado para a execução de seus projetos maior do que os grandes produtores (informação que difere do esperado em um contexto onde a experiência poderia interferir na gestão financeira de projetos). Uma exceção para os dados apresentados, porém, é a Chili Produções Culturais Ltda, responsável por nove dos 26 projetos analisados e por R\$932.770 aprovados - 40,7% do total de investimentos em grandes produtores no período -.

A política está beneficiando proporcionalmente pequenos e grandes projetos e produtores culturais?

Os argumentos apresentados anteriormente demonstram que houve proporcionalidade entre pequenos e grandes produtores entre os proponentes dos 26 projetos analisados, mas também que a distribuição da quantidade de projetos aprovados e valor autorizado para sua execução entre eles não se dá de maneira equitativa. Enquanto os grandes produtores culturais efetivam maior parte dos projetos aprovados e recebem a grande parte dos investimentos direcionados para o município, pequenos produtores recebem uma porcentagem 13,5% maior de investimento em seus projetos.

4.3. EFETIVIDADE DA CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Qual a porcentagem de projetos que conseguiram concluir a captação de recursos?

Como demonstrado no Item 3.2.1, sobre a categorização dos projetos culturais, a LIC RS aprovou um total de 58 projetos entre 2015 e 2019, dos quais apenas 26 concluíram a captação de recursos e foram efetivados (44,83% do total). O início da execução dos projetos requer a captação mínima de 20% do custo do projeto homologado, e em alguns casos são necessárias adequações no projeto que não logram ser realizadas a tempo, resultando em seu arquivamento. Uma descrição mais completa com o nome dos projetos aprovados (captação não realizada) e executados (captação concluída) pode ser visualizada a seguir.

Tabela 12 - Projetos Culturais de acordo com a situação da Captação de Recursos

ANO	CAPTAÇÃO NÃO REALIZADA	CAPTAÇÃO CONCLUÍDA
2015	O Livro enquanto instalação: o registro da obra de Hélio Ferverza	Circulação do Espetáculo: Guia Improvável para Corpos Mutantes
	Par ou Ímpar	Chapeuzinho Vermelho
		Acústicos RS - Ed 1
		Circulando com Canjerana - Ed 1
		Corrente do Sorriso
2016	Baila Santa Maria - Ed 3	Palco Treze
	Circulação do Música Viva	Peter Pan
	XXIV Tertúlia Musical Nativista e III Tertulinha	Caravana Cultural
		Gema
		Festival Internacional de Coros - Ed 1
2017	Circulação Kiriku: a lenda do menino guerreiro	Fidelidade Oculta: Circulação RS - Ed 1
	Contação de Histórias Infanto-juvenil	Os Músicos de Bremem
	Natal Poético	Palco Treze
	Encontros Estaduais de Artes Cênicas	XXV Tertúlia Musical Nativista e IV Tertulinha
	Rock de Galpão 10 anos	Letra e Música
	Abram Alas para Chiquinha	Noites Gaúchas: especial festivais
	A Canção Brasileira na Escola	Aventuras da Terra Gaúcha
	Conexões em Rede	
	2º Festival Internacional de Coros	
	Morrostock	
	Somos Todos Iguais nesta Noite	
	Turnê de Lançamento Banda Valente	
	Hoje eu Vejo	
	Retirantes: somos todos severinos	Corpus
	Agora RS: crítica teatral	Mala de Leitura
	Contando Histórias em Camobi	2º Festival Internacional de Coros

2 0 1 8	6 Direções	Orquestra de Câmara da ULBRA
	De Vinho e Vida 2	
	A Canção Brasileira na Escola	
	Conexões em Rede	
	Morrostock	
	Expresso 25 canta Ivan Lins	
	Tertúlia Musical Nativista de Santa Maria	
2 0 1 9	Uva, Turismo e Cultura	Arte e Cultura pela Cidade
	Infuzion Guitar Project	Arte, Música e Magia
	Orquestra de Câmara da ULBRA	Congresso de Literatura Infanto-juvenil
	Sobrado Centro Cultural	Mala de Leitura
		Zoca Jungs e a Guitarra Genuinamente Brasileira

Fonte: Autores.

Existe variedade ou monopólio de empresas patrocinadoras?

Optamos aqui por conferir a disposição de empresas patrocinadoras em projetos locais ou itinerantes em separado, por considerar que muitas empresas optam por valorizar e investir na economia de seus próprios municípios. Dessa maneira, dentre os 12 projetos locais (Tabela 13), participaram 10 empresas patrocinadoras, e é possível identificar monopólio dentre elas, já que a *Eny Comércio de Calçados Ltda* esteve presente em 50% dos projetos, sendo a principal patrocinadora ao longo do período analisado. Na sequência, com participação no patrocínio de 30% dos projetos, porém, encontra-se a empresa *Dickow Alimentos Ltda*, com sede em Agudo - RS (a 63 km de distância do município analisado), e com participação em 25% dos projetos a empresa local *Supermercados Beltrame Ltda*.

Dentre essas empresas, porém, apenas uma também esteve presente no patrocínio de projetos itinerantes, a *Eny Comércio de Calçados Ltda*, que direcionou seus impostos para a realização de seis projetos locais e dois itinerantes. A Tabela 14 demonstra que, ao contrário da realidade local, no investimento em projetos itinerantes não houve monopólio por nenhuma empresa patrocinadora. Os 14 projetos obtiveram o apoio de 20 diferentes empresas,

e apenas quatro delas colaboraram com mais de um projeto cultural: *Claro S/A, Sgm Indústria de Cosméticos Ltda, Telefônica Brasil S.A e Eny Comércio de Calçados Ltda.*

Tabela 13 - Projetos locais e Empresas Patrocinadoras

PROJETOS LOCAIS	EMPRESAS PATROCINADORAS
Chapeuzinho Vermelho	Eny Comercio de Calçados Ltda.
Palco Treze	Eny Comercio de Calçados Ltda.
Peter Pan	Eny Comercio de Calçados Ltda.
Festival Internacional de Coros - Ed 1	1- Beltrame Comércio de Materiais de Construção Ltda. 2- Dickow Alimentos Ltda. 3- Podal Distribuidora de Alimentos Ltda.
Os Músicos de Bremem	Eny Comercio de Calçados Ltda.
Palco Treze	1- Supermercados Beltrame Ltda. 2- Mfg Joalheria e Óptica - Eireli 3- Cvi - Refrigerantes Ltda.
25ª Tertúlia Musical Nativista e 4ª Tertulinha	1- Planalto Transportes Ltda. 2- Supermercados Beltrame Ltda. 3- Superauto Comercio de Veículos Ltda.
Corpus	Claro S/A
Mala de Leitura	Eny Comercio de Calçados Ltda.
Festival Internacional de Coros	1- Dickow Alimentos Ltda 2- Podal Distribuidora de Alimentos Ltda 3- Beltrame Comercio de Materiais de Construção Ltda
Arte e Cultura pela Cidade	1- Eny Comércio de Calçados Ltda. 2- Dickow Alimentos Ltda.
Congresso de Literatura Infanto-juvenil	1- Dickow Alimentos Ltda. 2- Supermercados Beltrame Ltda. 3- Cvi Refrigerantes Ltda

Fonte: Autores.

Tabela 14 - Projetos itinerantes e Empresas Patrocinadoras

PROJETOS ITINERANTES	EMPRESAS PATROCINADORAS
Guia Improvável para Corpos Mutantes	Calamo Distribuidora de Produtos De Beleza S/A
Acústicos RS - Ed 1	Claro S.A
	1- Quinta do Vale Alimentos Ltda

Circulando com Canjerana - Ed 1	2- Cooperativa dos Suinocultores de Encantado Ltda 3- Ponto Bom Indústria de Produtos Alimentícios Ltda 4- Wam Med Distribuidora de Medicamentos Ltda 5- Agraz Refrigeração Ltda 6- Sgm Indústria de Cosméticos Ltda
Corrente do Sorriso	Global Village Telecom S.A.
Caravana Cultural	Claro S/A
Gema	Natura Cosméticos S/A - Cd Canoas
Fidelidade Oculta: Circulação RS - Ed 1	1- Fundimisa Fundação e Usinagem Ltda 2- Bakof Plásticos Ltda
Letra e Música	Telefônica Brasil S.A
Noites Gaúchas: Especial Festivais	Eny Comercio de Calçados Ltda.
Aventuras da Terra Gaúcha	1- Ervateira Rei Verde Ltda 2- Callegaro e Irmaos Ltda 3- Adyl Net Acesso a Internet Ltda
Orquestra de Câmara da Ulbra	Telefônica Brasil S.A.
Arte, Música e Magia	Nova Palma Energia
Mala de Leitura	1- Eny Comércio de Calçados Ltda. 2- Dickow Alimentos Ltda.
Zoca Jungs e a Guitarra Genuinamente Brasileira	1- Dolgener Alimentos Ltda 2- Sgm Indústria de Cosméticos Ltda

Fonte: Autores.

A captação de recursos é efetivada de maneira satisfatória?

Ao considerar que apenas 44,83% do total de projetos aprovados pela LIC em Santa Maria conseguem concluir sua captação e ser executados, é impossível considerar a efetivação da captação de recursos no município como satisfatória. A ABCR – Associação Brasileira de Captadores de Recursos “é uma organização sem fins lucrativos composta por captadores e mobilizadores de recursos e que tem como principal objetivo estabelecer uma ampla rede nacional, fortalecendo os laços entre os profissionais que atuam na área e propiciando condições para o intercâmbio técnico, a troca de experiências e o desenvolvimento comum da profissão”¹³, e afirma que a capacitação é fundamental para os profissionais do setor.

¹³ Disponível em <<https://captadores.org.br/>> Acesso em: 07/05/2020.

Para que grande parte dos projetos aprovados não precise ser abandonado por conta da captação de recursos, é imprescindível a capacitação dos proponentes. A cartilha do projeto Capacitar sobre a Lei de Incentivo à Cultura¹⁴ propõe seis dicas para os produtores culturais que realizam suas próprias captações: 1) Faça uma boa apresentação de venda; 2) Prepare-se para as reuniões; 3) Possua o mínimo de conhecimento contábil; 4) Seja inovador; 5) Demonstre os resultados que serão alcançados; e 6) Agradeça mesmo que receba um não.

4.4. REPRESENTAÇÃO DOS SEGMENTOS CULTURAIS

Como se dá a distribuição de recursos entre os segmentos culturais?

Entre os seis segmentos culturais com projetos executados em Santa Maria ao longo do período analisado, a média de valor investido é de R\$69.130,62 e a média de duração é de 53 dias, como pode ser constatado de acordo com a Tabela 15, a seguir. Para compreender a distribuição de recursos entre esses segmentos, optamos por categorizá-los de acordo com o valor médio recebido por dia de atuação. A média geral entre todos é de R\$1.304,35 ao dia, e observamos dois segmentos que recebem valores bem abaixo do proposto e outros três que recebem praticamente o dobro da quantia, como pode ser visualizado na Tabela 16:

Tabela 15 - Segmentos Culturais categorizados por média de valor investido e duração

2015-2019					
SEGMENTO CULTURAL	Nº DE PROJETOS EXECUTADOS	ABRANGÊNCIA		MÉDIA DE VALOR INVESTIDO	MÉDIA DE DURAÇÃO EM SM
		LOCAL	ITINERANTE		
Artes Cênicas: dança	3	1	2	R\$ 91.061,63	53 dias
Artes Cênicas: teatro	5	5	-	R\$ 82.193,60	120 dias
Artes Integradas	4	1	3	R\$ 50.141,52	19 dias
Literatura: impressão de livro, revista e outros	3	2	1	R\$ 99.473,33	103 dias
Música	10	3	7	R\$ 58.849,66	10 dias
Registro Fonográfico	1	-	1	R\$ 33.064,00	14 dias

Fonte: Autores.

¹⁴ Disponível em <<http://capacitar.vc/cartilhas/>> Acesso em: 13/04/2020.

Tabela 16 - Investimento diário por Segmento Cultural

SEGMENTO CULTURAL	MÉDIA DE INVESTIMENTO DIÁRIO
Música	R\$ 5.884,96
Artes Integradas	R\$ 2.639,00
Registro Fonográfico	R\$ 2.361,71
Artes Cênicas: dança	R\$ 1.718,14
Literatura: impressão de livro, revista e outros	R\$ 965,76
Artes Cênicas: teatro	R\$ 684,94

Fonte: Autores.

Quais segmentos culturais recebem maior investimento?

Como demonstra a Tabela 16, os segmentos culturais que recebem maior investimento diário são: Música, Artes Integradas e Registro Fonográfico. Os dois primeiros são também aqueles com maior número de projetos executados no município entre 2015-2019 e, em terceiro lugar encontra-se a categoria de Registro Fonográfico, que executou apenas um projeto ao longo dos cinco anos. O valor total investido nessas categorias foi, em ordem respectiva: R\$ 588.469,60, R\$ 200.566,08 e R\$ 33.064,00.

Fica claro, então, que o investimento diário não pode ser utilizado para representar os segmentos com maior investimento total. Os segmentos com maior investimentos diários não são os com maior investimento total. O valor total investido por Segmento Cultural ao longo do período analisado pode ser observado a seguir na Tabela 17.

Tabela 17 - Investimento total por Segmento Cultural

SEGMENTO CULTURAL	INVESTIMENTO TOTAL
Música	R\$ 588.469,60
Artes Cênicas: teatro	R\$ 410.968,00
Literatura: impressão de livro, revista e outros	R\$ 298.419,99
Artes Cênicas: dança	R\$ 273.184,89

Artes Integradas	R\$ 200.566,08
Registro Fonográfico	R\$ 33.064,00

Fonte: Autores.

Algum segmento não gerou projetos ou não concluiu a captação de recursos?

Dentre os 26 Segmentos Culturais admitidos pela LIC, apenas seis tiveram projetos executados durante o período analisado. A Tabela 18 demonstra que dois segmentos culturais cujos projetos não concluíram a captação de recursos para sua execução, nove segmentos cujos projetos não passaram pela cidade durante o período analisado e outros nove que não constam no Banco de Dados em âmbito municipal.

Tabela 18 - Segmentos Culturais por imediação ao município

NÃO PASSARAM PELA CIDADE ATRAVÉS DA LIC RS	NÃO PASSARAM PELA CIDADE DURANTE O PERÍODO ANALISADO	NÃO CONCLUÍRAM A CAPTAÇÃO DE RECURSOS
Aquisição de Acervo	Artes Visuais: artes plásticas	Artes Visuais: artes gráficas
Artes Cênicas: circo	Audiovisual: eventos de exibição	Restauração de bem tombado
Artes Visuais: fotografia	Audiovisual: novas mídias	
Artes Visuais: “design” artístico	Audiovisual: produção de cinema em curta ou média-metragem	
Artesanato	Audiovisual: produção de cinema em longa-metragem	
Audiovisual: concurso	Audiovisual: produção de vídeo	
Carnaval de rua	Culturas Populares	
Espaço Cultural (Art.4º, VIII, Lei 13.490/10)	Literatura: feira de livro	
Pesq. e Docum.: patrimônio cultural imaterial	Tradição e Folclore	

Fonte: Autores.

Todos os segmentos culturais foram representados em âmbito local?

Os resultados anteriores demonstram que dos 26 Segmentos Culturais admitidos pela LIC, apenas 23% foram representados no município de Santa Maria durante os cinco anos analisados. Essa realidade nos permite aferir se há estímulos suficientes para o cumprimento dos objetivos da política pública, de ampliar o acesso à cultura e a produção cultural em todas as regiões do país e estimular a produção cultural como geradora de renda, emprego e desenvolvimento.

4.5. DISTRIBUIÇÃO DOS PROJETOS CULTURAIS NO MUNICÍPIO

Todos os bairros têm acesso a projetos com variedade de representação?

Como já demonstrava a Tabela 9, existe uma grande desigualdade na distribuição dos projetos culturais em Santa Maria. Confirmamos anteriormente que dentre os 41 bairros da cidade, apenas 21 receberam investimentos através da LIC/RS. A Tabela 19, incorporada a seguir, apresenta a porcentagem dos projetos por bairro de realização, com um panorama que comprova ainda mais as diversidades. O Centro integra 38% dos projetos realizados, número que supera a porcentagem da soma de todos os bairros que receberam apenas um projeto ao longo dos cinco anos.

Tabela 19 - Número de Projetos Culturais por bairro de realização

BAIRRO DE REALIZAÇÃO	NÚMERO DE PROJETOS	PORCENTAGEM
Centro	19 projetos	38%
Camobi	5 projetos	10%
Nossa Senhora das Dores, Boca do Monte, Presidente João Goulart, Itararé, João Luiz Pozzobom e Palma	2 projetos por bairro	4% por bairro
	12 projetos no total	24% total
Cerrito, Lorenzi, Nossa Senhora de Fátima, Arroio do Sol, Uglione, Agroindustrial, Renascença, Passo das Tropas, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, Patronato, Arroio Grande, Juscelino Kubitschek, Campestre do Menino Deus e Presidente João Goulart	1 projeto por bairro	2% por bairro
	15 projetos no total	30% total

Fonte: Autores.

A distribuição de projetos por bairro segue padrões socioeconômicos?

Para responder ao questionamento proposto, foi realizada uma extensa busca pelos dados socioeconômicos de cada bairro do município de Santa Maria/RS, até mesmo através de uma tentativa de contato com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. Por não haver encontrado os dados concretos necessários para a realização de uma análise confiável, optamos por analisar apenas os dados demográficos da região, em busca de um comparativo.

Dados demográficos coletados pelo IBGE em 2010 e divulgados pela Agência de Desenvolvimento de Santa Maria¹⁵, organizam o município em oito Regiões Administrativas, formadas em média por cinco bairros cada, e cuja distribuição demográfica será apresentada a seguir:

Tabela 20 - Distribuição demográfica de Santa Maria/RS por Região Administrativa

REGIÃO ADMINISTRATIVA	NÚMERO DE HABITANTES	PORCENTAGEM
Centro Urbano	59.800	24,28%
Norte	27.805	11,28%
Nordeste	29.089	11.81%
Leste	21.822	8.86%
Centro-leste	12.176	4.94%
Sul	18.611	7.55%
Centro-oeste	22.299	9.05%
Oeste	54.683	22.20%

Fonte: IBGE, 2010.

Comparando os dados obtidos com a distribuição de projetos por bairro apresentada na Tabela 19, foi possível analisar a distribuição de Projetos Culturais por Região Administrativa e novamente os números demonstraram: a região centro urbana recebeu 39,2% dos projetos, enquanto as demais receberam em média quatro projetos cada.

¹⁵ Disponível em <<https://santamariaemdados.com.br/sociedade/8-1-demografia/>> Acesso em: 12/01/2021.

Tabela 21 - Distribuição de Projetos Culturais por Região Administrativa

REGIÃO ADMINISTRATIVA	NÚMERO DE PROJETOS	PORCENTAGEM
Centro Urbano	20	39,2%
Norte	1	1,9%
Nordeste	8	15,68%
Leste	8	15,68%
Centro-leste	3	5,88%
Sul	2	3,9%
Centro-oeste	2	3,9%
Oeste	5	9,8%

Fonte: Autores.

Há uma distribuição proporcional de projetos entre os bairros do município?

Analisando a Tabela 19 e as demais informações coletadas ao longo da presente pesquisa, é necessário ressaltar novamente as desigualdades existentes na distribuição local dos projetos culturais analisados. Mesmo sem levar em conta os dados socioeconômicos dos bairros contemplados pelo Sistema Pró-Cultura RS, a concentração de 38% dos projetos em um único bairro da cidade é desoladora para quem idealiza o amplo acesso à cultura e incentivo à produção cultural local, como prevê a política pública em questão.

Sobre os demais 62%, os dados demonstram que estão divididos em dois grupos: os 12 bairros que receberam dois projetos cada ao longo dos cinco anos analisados (24% do total de projetos) e os 15 bairros que foram contemplados com apenas um projeto ao longo dos cinco anos (30% do total de projetos). São números que não se justificam mesmo considerando apenas a densidade demográfica das localidades, sendo que no bairro que recebeu 38% dos projetos residem apenas 7,25% da população local.

5. CHECAGEM COMPARATIVA

A checagem comparativa como uma etapa da avaliação de políticas públicas não estava prevista na metodologia proposta pelo Guia do Governo Federal (2018) utilizado como base ao longo da presente pesquisa. Aqui, a checagem será aplicada como parte constitutiva do mapeamento cartográfico, como mais uma faceta desse mapa movente em construção. Para Balestro, Vargas e Junior, “a comparação, nestes casos, é utilizada como um recurso para aumentar a validade externa do trabalho ou dar uma maior consistência empírica para corroborar ou falsear hipóteses” (2007, p. 1).

Como afirmava Bendix (1963), a comparação é uma atividade essencial do processo cognitivo na busca do entendimento de certas regularidades dos eventos. Comparar, de um modo geral, permite enfatizar as semelhanças e também as diferenças. Assim, como é o caso da análise em pauta, nossa checagem comparativa vem em busca de explorar essas possíveis semelhanças e diferenciações na atuação da LIC estadual em diferentes municípios para encontrar os princípios de variação ou padrões existentes em sua efetivação.

O município escolhido para a realização dessa análise comparativa foi Pelotas/RS, por sua proximidade característica com Santa Maria em relação aos seus núcleos culturais, de ensino e econômicos: proximidade da densidade demográfica e disponibilidade de bens materiais culturais, como a quantidade de teatros, cinemas, salas de exposição, museus e universidades. As hipóteses a serem falseadas ou corroboradas aqui são uma adaptação dos indicadores utilizados ao longo da avaliação realizada no capítulo anterior: o incentivo da produção cultural dos municípios, a representação dos segmentos culturais, a incidência maior de projetos locais ou itinerantes e os investimentos anuais e por segmento em cada cidade.

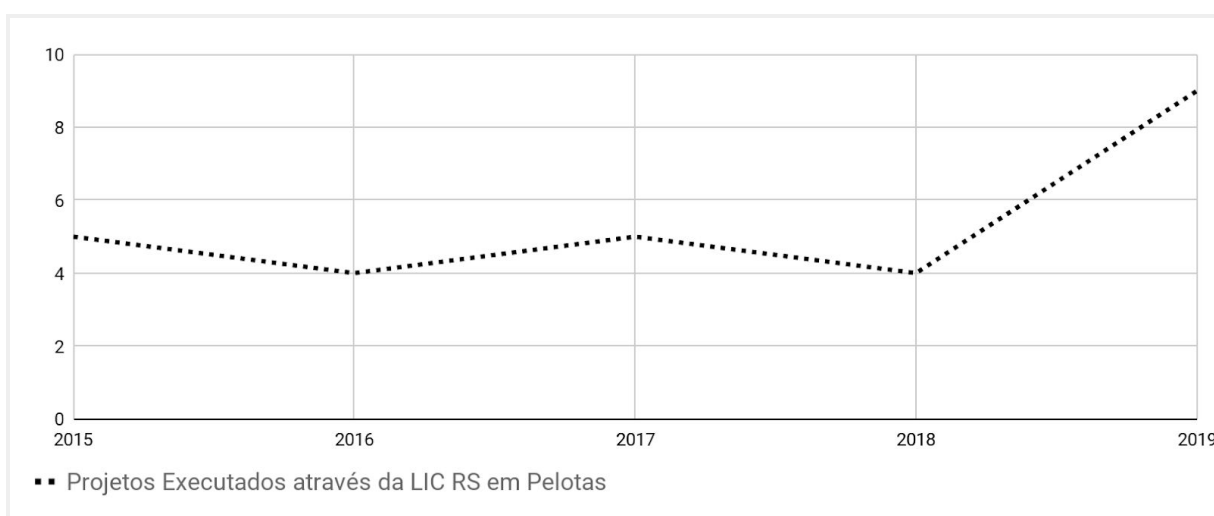
Balestro, Vargas e Junior afirmam que os estudos comparativos em ciências sociais geralmente utilizam o desenho de pesquisa centrado em poucos casos e que há dois tipos de ênfase neste desenho de pesquisa e na comparação de um modo geral: a ênfase nas diferenças e a ênfase nas semelhanças (2007, p. 4-5). Os autores também explicam que no método de ênfase das semelhanças, há três passos a serem seguidos, que serviram como referência para a construção da dinâmica proposta para a realização de nossa checagem comparativa:

“O primeiro passo é buscar semelhanças subjacentes entre os casos. O segundo é verificar se as semelhanças identificadas são relevantes do ponto de vista causal ao fenômeno de interesse. Com base nas semelhanças identificadas, o pesquisador busca formular uma explicação geral para o fenômeno. Por fim, há a comparação para encontrar variação. Esta última está geralmente associada com o uso de técnicas estatísticas em estudos envolvendo vários casos”.

Foram consideradas as mesmas variáveis explicativas para ambos casos, Santa Maria e Pelotas, e as mesmas unidades de análise. Em um primeiro momento, a análise comparativa das Figuras 16 e 17 a seguir (gráficos descritivos do número de projetos executados em cada município ao longo dos cinco anos analisados) permite visualizar muitas semelhanças. Ambos os municípios executaram um total de projetos muito semelhante entre 2015 e 2019 (sendo 27 projetos em Pelotas e 26 em Santa Maria), e a curva dos gráficos pouco difere à exceção de que o ano com maior número de projetos em Pelotas foi 2019 e em Santa Maria foi 2017.

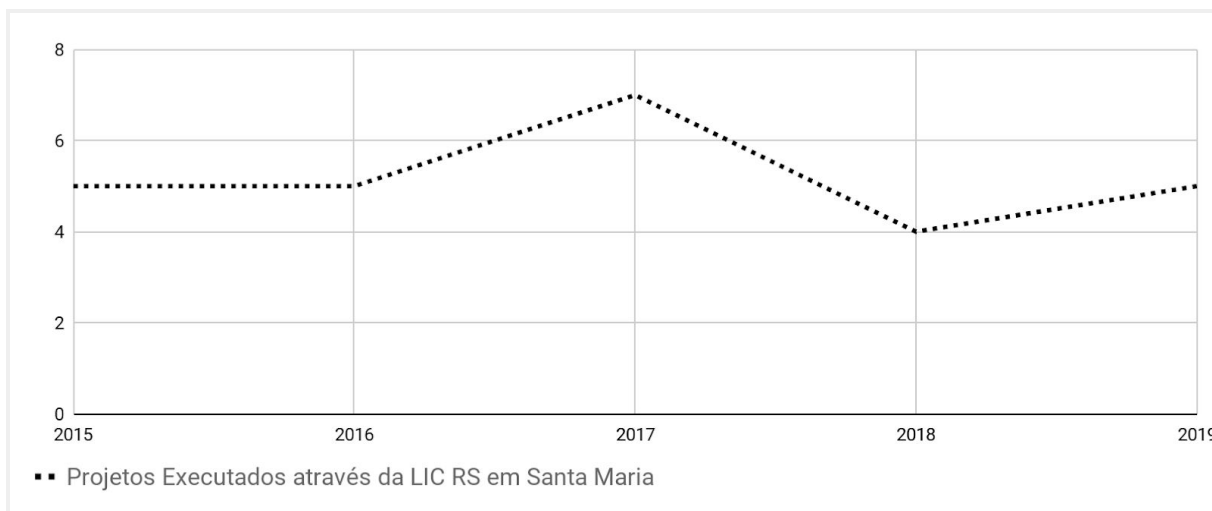
Essa primeira constatação, de grande simetria e semelhanças subjacentes entre ambos os casos, pressupõe que a checagem se realizará sem grandes distinções. As demais variáveis, porém, trouxeram dados que transformaram esse primeiro cenário em um espaço de grandes contrastes e variações com relação à presença de variados segmentos culturais e os valores investidos através deles em ambos os municípios.

Figura 16 - Gráfico descritivo do número de projetos executados em Pelotas/RS



Fonte: Autores.

Figura 17 - Gráfico descritivo do número de projetos executados em Santa Maria/RS



Fonte: Autores.

Essas mudanças no cenário analisado foram sendo concretizadas sequencialmente conforme o aperfeiçoamento da coleta de informações. Tabelas descrevendo os projetos executados em Santa Maria ao longo do período analisado já foram apresentadas anteriormente, e a mesma metodologia foi utilizada para a coleta de informações a respeito do município de Pelotas. Na comparação entre as Tabelas 20 e 21, apresentadas a seguir, já é possível visualizar disparidades entre a realidade de ambos os municípios e que não haviam ficado claras pela perspectiva mais distante proposta anteriormente.

Com relação à representação dos segmentos culturais no município, a comparação das Tabelas 20 e 21 demonstra que mesmo com um número de projetos muito semelhante, Pelotas executou ações em um número 50% maior de segmentos. Ou seja, com todos aqueles já apresentados ao longo da pesquisa por fazerem parte do cenário santa-mariense, mas com exceção de Registro Fonográfico e a inclusão de outras quatro categorias: Artes Cênicas: circo, Audiovisual: produção de vídeo, Carnaval de rua e Patrimônio Cultural Material. Dessa forma, o município de Pelotas, através da LIC/RS, permite acesso ampliado de seus habitantes à mais variadas manifestações artísticas e expressões culturais.

Tabela 22 - Projetos executados entre 2015 e 2019 em Pelotas/RS

PELOTAS - Projetos Executados entre 2015 e 2019			
SEGMENTO CULTURAL	Nº DE PROJETOS EXECUTADOS	ABRANGÊNCIA	
		LOCAL	ITINERANTE
Artes Cênicas: circo	2	1	1
Artes Cênicas: dança	1	-	1
Artes Cênicas: teatro	1	-	1
Artes Integradas	9	8	1
Audiovisual: produção de vídeo	1	-	1
Carnaval de rua	1	1	-
Literatura: impressão de livro, revista e outros	2	-	2
Música	7	-	7
Patrimônio Cultural Material	3	3	-

Fonte: Autores.

Tabela 23 - Projetos executados entre 2015 e 2019 em Santa Maria/RS

SANTA MARIA - Projetos Executados entre 2015 e 2019			
SEGMENTO CULTURAL	Nº DE PROJETOS EXECUTADOS	ABRANGÊNCIA	
		LOCAL	ITINERANTE
Artes Cênicas: dança	3	1	2
Artes Cênicas: teatro	5	5	-
Artes Integradas	4	1	3
Literatura: impressão de livro, revista e outros	3	2	1
Música	10	3	7
Registro Fonográfico	1	-	1

Fonte: Autores.

Além do número de segmentos culturais representados por município, existe também grande diferenciação no número de projetos executados em cada um deles. Os segmentos com maior número de projetos executados, “Artes Integradas” em Pelotas e “Música” em Santa Maria são também os com maior divergência, como pode ser visualizado na Tabela 22 a seguir. Também é importante ater-se aos dados da abrangência (local ou itinerante) dos projetos em ambos os municípios, que voltam a exibir semelhanças: durante o período, Pelotas produziu 13 projetos locais e recebeu 14 projetos itinerantes, enquanto Santa Maria produziu 12 projetos locais e também recebeu 14 projetos itinerantes.

Tabela 24 - Comparativo de Projetos Executados por Segmento Cultural

SEGMENTO CULTURAL	PROJETOS EXECUTADOS EM PELOTAS	PROJETOS EXECUTADOS EM SANTA MARIA
Artes Cênicas: circo	2	-
Artes Cênicas: dança	1	3
Artes Cênicas: teatro	1	4
Artes Integradas	9	5
Audiovisual: produção de vídeo	1	-
Carnaval de rua	1	-
Literatura: impressão de livro, revista e outros	2	3
Música	7	10
Patrimônio Cultural Material	3	-
Registro Fonográfico	-	1

Fonte: Autores.

Outra hipótese a ser analisada diz respeito aos investimentos anuais e por segmento cultural em cada um dos municípios. As Tabelas 23 e 24, apresentadas a seguir, descrevem a abrangência dos projetos realizados a cada ano e o total de investimentos realizados por eles

nos municípios. A análise das tabelas permite aferir que mesmo executando um número semelhante de projetos através da LIC/RS, há uma grande variação nos valores recebidos por cada município. O valor total recebido por Pelotas durante os cinco anos foi R\$3.373.660,00 enquanto Santa Maria recebeu apenas um total de R\$1.216.202,96, o equivalente a 36% dos investimentos recebidos pelo outro município de porte semelhante.

Tabela 25 - Investimentos anuais em projetos locais e itinerantes de Pelotas/RS

PELOTAS					
ANO	Nº DE PROJETOS EFETIVADOS	ABRANGÊNCIA		TOTAL DE INVESTIMENTOS	
		LOCAL	ITINERANTE	LOCAL	ITINERANTE
2015	5	1	4	R\$170.000,00	R\$223.051,77
2016	4	2	2	R\$696.201,00	R\$155.939,60
2017	5	2	3	R\$340.000,00	R\$96.949,06
2018	4	3	1	R\$1.132.845,95	R\$33.617,33
2019	9	5	4	R\$1.064.118,32	R\$188.652,56

Fonte: Autores.

Tabela 26 - Investimentos anuais em projetos locais e itinerantes de Santa Maria/RS

SANTA MARIA					
ANO	Nº DE PROJETOS EFETIVADOS	ABRANGÊNCIA		TOTAL DE INVESTIMENTOS	
		LOCAL	ITINERANTE	LOCAL	ITINERANTE
2015	5	1	4	R\$ 75.000,00	R\$ 54.116,31
2016	5	3	2	R\$ 300.000,00	R\$ 87.232,77
2017	7	3	4	R\$ 233.468,00	R\$ 165.216,24
2018	4	3	1	R\$ 450.719,50	R\$ 33.333,33
2019	5	2	3	R\$ 166.000,00	R\$ 118.616,66

Fonte: Autores.

Resta tentar compreender o motivo de tanta discrepância nos valores recebidos por cada cidade, considerando que a quantidade de projetos efetivados foi praticamente a mesma.

A explicação está em um único segmento cultural que foi efetivado apenas no município de Pelotas/RS: Patrimônio Cultural Material, que sozinho recebeu R\$1.890.195,28 investidos, valor 55% maior que o total recebido por Santa Maria na soma de todos os seus segmentos.

Tabela 27 - Investimento total por Segmento Cultural em Pelotas/RS

PELOTAS	
SEGMENTO CULTURAL	INVESTIMENTO TOTAL
Artes Cênicas: circo	R\$ 320.000,00
Artes Cênicas: dança	R\$ 8.708,33
Artes Cênicas: teatro	R\$ 12.396,54
Artes Integradas	R\$ 423.191,60
Audiovisual: produção de vídeo	R\$ 82.748,00
Carnaval de rua	R\$ 204.255,00
Literatura: impressão de livro, revista e outros	R\$ 90.274,69
Música	R\$ 341.891,16
Patrimônio Cultural Material	R\$ 1.890.195,28

Fonte: Autores.

Tabela 28 - Investimento total por Segmento Cultural em Santa Maria/RS

SANTA MARIA	
SEGMENTO CULTURAL	INVESTIMENTO TOTAL
Artes Cênicas: teatro	R\$ 410.968,00
Literatura: impressão de livro, revista e outros	R\$ 298.419,99
Artes Cênicas: dança	R\$ 273.184,89
Artes Integradas	R\$ 200.566,08
Registro Fonográfico	R\$ 33.064,00

Fonte: Autores.

As Tabelas 25 e 26 apresentaram o total dos valores investidos em cada segmento cultural nos municípios de Pelotas e Santa Maria, justificando a conclusão anterior de que os

projetos efetivados dentro do segmento de Patrimônio Cultural Material de Pelotas receberam maiores investimentos do que todos os realizados em Santa Maria no mesmo período. Buscamos, então, por informações referentes a esses projetos que justificassem os valores recebidos. O resultado encontrado foi de que o valor foi dividido na realização de três projetos: dois deles referentes ao restauro da Catedral São Francisco de Paula e um referente à revitalização do Castelo Simões Lopes.

Através da análise desses indicadores (incentivo da produção cultural, representação dos segmentos culturais, incidência de projetos locais ou itinerantes e os investimentos anuais e por segmento em cada município) em cada município e da checagem comparativa realizada, é possível identificar diferentes formas de exercício dos produtores culturais com relação à LIC. As informações coletadas podem servir de referência para um novo panorama da atuação dos produtores culturais santa-marienses, através de adaptações orientadas pelas ações de resultado produtivo dos produtores pelotenses.

Entre as mudanças que podem ser incluídas nessa nova proposta de ação baseada na reprodução de práticas identificadas através da checagem comparativa, estão a proposição de projetos em novos e diferentes segmentos culturais e a utilização dos recursos da LIC para restauro de patrimônios culturais do município. A realização de novas análises que visem a comparação com municípios de outras regiões do país pode ser também muito vantajosa para um aumento do desempenho e da produtividade dos produtores culturais locais.

6. RECOMENDAÇÕES

Alcançamos, então, o último passo metodológico proposto pelo Guia: recomendações, ou seja, “apontar propostas de melhorias, mudanças, ações para remediar problemas na performance ou para ampliar e fortalecer a política” (2018, p. 251-252). É o momento de analisar se as metas alcançadas estão de acordo com o que foi planejado para a política pública, e, se as metas não estiverem sendo cumpridas, “cabe a reflexão, a partir dos resultados encontrados, de como definir melhor as metas e quais medidas podem ser tomadas para que passem a ser cumpridas” (2018, p.252).

Ainda de acordo com o Guia, um ponto a ser lembrado é que avaliações de resultados “não têm como objetivo examinar se as metas alcançadas impactaram o público-alvo ou a situação-alvo e de que forma (algo feito por avaliações de impacto), mas, sim, *analisar se as metas alcançadas estão de acordo com o que foi planejado para aquela política*” (2018, p.252, grifo nosso). Para realizar essa análise, nossas recomendações serão organizadas e apresentadas de acordo com os cinco indicadores propostos no Capítulo 4 da presente monografia: Incentivo da Produção Cultural Local; Experiência dos Produtores Culturais; Efetividade da Captação de Recursos; Representação dos Segmentos Culturais; e Distribuição dos Projetos Culturais no Município. Serão também levadas em conta as informações aferidas através da Checagem Comparativa com o município de Pelotas/RS.

Com relação ao Incentivo da Produção Cultural Local, a análise levou em conta a incidência de projetos locais e itinerantes em Santa Maria, a curva de crescimento do número de projetos aprovados e executados no município e a distribuição dos projetos e investimentos dentre os bairros do município. Como resultado, é possível constatar que a atual queda no número de projetos aprovados, por mais que durante o período analisado não tenha afetado no total dos investimentos, é incisiva durante o Governo Bolsonaro, onde presenciamos uma crise no setor cultural com uma grande redução no teto de investimentos da Lei Rouanet¹⁶,

¹⁶ A Lei Rouanet teve o seu teto reduzido de R\$ 60 milhões para R\$ 1 milhão por projeto segundo a Revista ÉPOCA <<https://epoca.globo.com/cultura/como-governo-bolsonaro-desidratou-setor-cultural-24151205>> Acesso em 13/09/2020.

cortes de 43% no orçamento do Fundo Setorial Audiovisual¹⁷ e inúmeras censuras a filmes e espetáculos musicais e teatrais¹⁸. O resultado de tantas regressões já é sentido pelo setor cultural, e resultará em um grande impacto negativo nas produções artísticas brasileiras.

Essa instabilidade no setor agravou-se ainda mais em 2020, no contexto da pandemia do Coronavírus que causou um colapso econômico e no meio cultural. Tendo em vista reduzir os impactos da pandemia na economia da cultura, a Secretaria de Estado da Cultura publicou a Instrução Normativa SEDAC N.º 03, DE 2 DE ABRIL DE 2020 - IN para o financiamento de projetos culturais pelo PRÓ-CULTURA RS LIC - Lei de Incentivo à Cultura¹⁹. A Instrução Normativa, de caráter transitório, foi destinada a projetos culturais que “possibilitem o acesso, a distribuição e fruição de conteúdos culturais em ambiente virtual e que sejam realizados de acordo com as medidas recomendadas para a prevenção e o combate a COVID-19”. Seus objetivos são:

- I** - Gerar oportunidade de trabalho para artistas, técnicos, produtores e fazedores de cultura;
- II** - Estimular processos criativos e inovadores para conectar as pessoas em ambiente virtual durante o período de isolamento social;
- III** - Disponibilizar conteúdos culturais relevantes para a reflexão social;
- IV** - Criar novos formatos para pesquisa, criação, produção, circulação e fruição de bens e serviços culturais;
- V** - Desenvolver atividades de formação e capacitação;
- VI** - Compreender o cenário cultural contemporâneo, estimulando o pensamento sobre novas formas de produção e consumo;
- VII** - promover acesso aos acervos e a salvaguarda do patrimônio cultural.

A Prefeitura Municipal de Santa Maria também formulou uma política pública emergencial para minimizar “o impacto gerado pelas medidas preventivas adotadas para conter o vírus” em notícia publicada no site da Prefeitura afirmou-se ainda que, com a suspensão dos eventos artístico-culturais no Município, “o Poder Executivo considerou a

¹⁷ O montante previsto para 2020 é a menor dotação nominal para o FSA desde 2012 segundo a Folha de S.Paulo <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/09/em-ofensiva-contrancine-bolsonaro-corta-43-de-fundo-do-audiovisual.shtml>> Acesso em 13/09/2020.

¹⁸ O jornal Le Monde diplomatique Brasil listou 24 episódios de censura cultural pelo Governo Bolsonaro em 2019. Link: <<https://diplomatique.org.br/primeiro-ano-de-governo-bolsonaro-e-marcado-por-ataques-a-cultura/>> Acesso em 13/09/2020.

¹⁹ Disponível em <www.procultura.rs.gov.br/index.php?menu=noticia_viz&id=381> Acesso em 27/05/2020.

necessidade de garantir auxílio às pessoas ligadas ao setor, que viram boa parte de suas atividades econômicas e rendas serem canceladas devido à pandemia”²⁰. A medida busca financiar 70 propostas de apresentações artísticas em ambiente virtual e o valor investido soma R\$100.000,00.

No que se refere à distribuição dos projetos no município, a constatação de que apenas pouco mais de 50% dos bairros receberam investimentos através da LIC durante o período de cinco anos analisados demonstra a importância da realização de avaliações periódicas que auxiliem na tomada de decisão pelos gestores da política pública. Uma recomendação possível para proporcionar uma distribuição mais equilibrada dos projetos é a construção de novos Centros Culturais que possam ser palco dos projetos executados através da LIC.

Além disso, para diminuir os efeitos de tantas desigualdades com relação ao incentivo da produção cultural local e a distribuição dos projetos culturais no município, também é necessária uma organização por parte dos próprios produtores: um estudo da Cartografia Cultural criada ao longo da presente monografia, e que está disponível *online*²¹, permite um entendimento maior das demandas municipais: dos segmentos culturais já saturados e dos que necessitam de uma maior inserção no cenário cultural da cidade, dos bairros que em nenhum momento dos últimos cinco anos receberam projetos e cujos habitantes ainda não puderam usufruir dos benefícios da LIC/RS, e, principalmente, dos valores investidos em cada bairro e em cada um dos segmentos culturais vislumbrados. A utilização dessas informações de maneira estratégica pode ser transformadora para o cenário cultural do município.

O segundo indicador, relacionado à Experiência dos Produtores Culturais, demonstrou que existe equilíbrio na quantidade de pequenos e grandes produtores vinculados à LIC no município, mas que enquanto os grandes produtores executam maior número de projetos, os pequenos recebem maiores investimentos nos seus. Para aumentar o acesso dos pequenos produtores culturais aos benefícios da LIC é necessário, em primeiro lugar, uma maior disponibilização de cursos e veiculação de cartilhas como a do projeto Capacitar, já citada ao

²⁰ Disponível em <<https://www.santamaria.rs.gov.br/noticias/21036-edital-viva-cultura-2020-vai-selecionar-70-projetos-de-apresentacoes-artisticas-em-ambiente-virtual>> Acesso em 27/05/2020.

²¹ Disponível em <<https://www.google.com/maps/d/u/0/viewer?mid=15tf2gAmkDL6V3R-yHpKU0PwKI2YnWyrC&ll=-29.720925965735393%2C-53.7788106845703&z=11>> Acesso em 13/09/2020.

longo da presente pesquisa, e que tem por objetivo orientar e auxiliar proponentes aos quais a linguagem das leis nem sempre é acessível.

O terceiro indicador analisado que demanda recomendações diz respeito à Efetividade da Captação de Recursos. Sobre esse tema foi comprovado e descrito que apenas 44,83% dos projetos aprovados conseguem concluir a captação de recursos para sua realização, e também que existe monopólio entre as empresas patrocinadoras de projetos locais mas que essa realidade não se aplica aos projetos itinerantes. Alberto Freire afirma que “a atuação das empresas, associando imagem e marca com o campo da cultura, provocou mudanças que reconfiguraram o sistema de financiamento cultural” (2012, p. 63), e nessa nova realidade, “o que conta é a capacidade do produtor de atrair uma empresa pagadora de impostos que, por sua vez, não corre qualquer risco” (SIMIS, 2007, p. 146).

Nessa modalidade de financiamento, promovido por empresas que viabilizam ações por marketing cultural, critica-se também o investimento majoritário apenas em setores com maior retorno de imagem positiva para a empresa. Alberto Freire (2012, p. 57) explica que

“Nesta modalidade de financiamento as trocas são mais explícitas, numa clara relação de mercado, onde se investe com a perspectiva de obtenção de retorno de natureza diversa, seja do aumento de prestígio e reconhecimento que se enquadra no campo do simbólico, ou mesmo com o aumento no faturamento e nos lucros, pertencente ao campo material e tangível”.

Fica claro que o apoio por parte das empresas patrocinadoras é uma via de mão dupla, e que o retorno em forma de credibilidade e reconhecimento supera qualquer possível desgaste com o envolvimento. Dessa forma, para que não haja monopólio de patrocinadores no município, e para que mais empresas possam usufruir dos benefícios de financiar projetos municipais através da LIC/RS, é importante um investimento na divulgação de campanhas que visem informar os empresários locais e esclarecer possíveis dúvidas com relação ao funcionamento do edital da lei de incentivo.

Já o quarto indicador remete à Representação dos Segmentos Culturais e sua atuação em âmbito municipal. Existem 26 segmentos admitidos pela LIC, dos quais 11 já atuaram no município e apenas 6 deles (23%) durante o período aqui analisado. Para propor estratégias

que visem ampliar a atuação dos demais Segmentos Culturais no município, recomendamos que é necessário compreender os fatores responsáveis por esse cenário, o que certamente demandaria um recorte em nosso objeto de pesquisa e um estudo aprofundado deste indicador, provavelmente uma nova cartografia cultural.

A construção dessa cartografia, para que alcance o objetivo proposto de compreender a baixa adesão à alguns Segmentos Culturais no município e de aumentar a sua representação, deverá levar em conta: a) um balanço das áreas de atuação dos artistas santa-marienses; b) a capacitação desses artistas para usufruir da LIC; e c) a existência de projetos relacionados aos Segmentos menos atuantes através da LIC mas que se concretizam através de outros mecanismos de fomento ou da iniciativa privada.

O quinto e último dos indicadores avaliados, sobre a distribuição dos projetos culturais no município, analisou as discrepâncias existentes no cenário cultural apresentado. Apenas pouco mais de 50% dos bairros da cidade receberam projetos efetivados através da LIC no período analisado e, entre eles, o bairro Centro recebeu 38% do total de projetos realizados ao longo dos cinco anos. Esse panorama só pode ser amenizado com uma organização dos produtores culturais locais, assim como citamos nas recomendações referentes ao primeiro indicador, e uma das ferramentas para essa melhor distribuição é um estudo do histórico dos projetos no município, e das demandas e carências de cada região com relação aos projetos.

Resta que sejam propostas as recomendações referentes à Checagem Comparativa entre os municípios de Santa Maria e Pelotas/RS que construímos no capítulo anterior. A análise trouxe novos panoramas com relação à inclusão de diferentes práticas que podem ser utilizadas pelos produtores santa-marienses, baseadas na atuação do município de Pelotas e do seu melhor proveito dos benefícios da política pública. Assim como afirmado anteriormente, recomendamos a realização de novas análises comparativas com municípios de outras regiões do país, prática que pode ser muito vantajosa para um aumento do desempenho e da produtividade dos produtores culturais de Santa Maria ao empregar estratégias assertivas concretizadas em diferentes cenários culturais.

7. CONCLUSÕES

Como pesquisadora de Comunicação Social, mas com grande admiração pela temática de estudo das Políticas Públicas, me propus aqui a realizar uma testagem metodológica da Cartografia, estratégia que utilizei ao longo da graduação para mapear fluxos comunicacionais em instituições públicas, como uma estratégia voltada à avaliação de políticas públicas. Acredito que essa metodologia, através da convergência dos conhecimentos de Comunicação e Gestão Pública, pode ser utilizada para conduzir diagnósticos de demandas e avaliações mais humanizadas dentro desse campo que, historicamente, mantém uma vigilância política em questões de relevância pública a nossas comunidades.

Para dar início a nossa pesquisa, revisamos teorias a respeito do universo das Políticas Públicas e das Políticas Culturais, principalmente daquelas que se efetivam através de leis de incentivo como a Lei Rouanet em âmbito nacional e o Sistema Unificado PRÓ-CULTURA RS em âmbito estadual. Explanamos também, ainda no primeiro capítulo teórico, a respeito das diferentes estratégias de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e das propostas avaliativas apresentadas pelo Guia Prático de Avaliação *ex post* de Políticas Públicas do Governo Federal (2018), entre elas a Avaliação de Resultados, que elencamos como norteadora de nossa pesquisa.

Em sequência, durante o capítulo de definição e aplicação do método para a coleta das informações que serviram como base para a avaliação realizada, descrevemos a metodologia cartográfica e as suas principais especificidades no contexto da Web 2.0, além de conduzir a apresentação do passo-a-passo metodológico que foi utilizado pela pesquisa. Alcançamos, então, o terceiro item da metodologia de avaliação de resultados: a análise e categorização dos projetos culturais, que se efetivou através de uma consulta aprofundada ao Banco de Projetos do Sistema Unificado Pró-cultura/RS.

Após a categorização inicial dos projetos culturais, foram construídas cinco tabelas descritivas que podem ser acessadas nos apêndices do presente documento. Como os projetos analisados foram executados entre 2015 e 2019, assim foram organizadas também as tabelas descritivas, que incluíram informações a respeito de Segmento Cultural, situação atual dos

projetos, produtor cultural responsável, abrangência (local ou itinerante), duração do projeto, valor investido, bairro de realização e local de realização.

Essas também foram as informações incluídas na plataforma *Google My Maps*, que serviu como suporte para alojar a pesquisa *online*. O sistema permite a realização de cartografias colaborativas, que, se utilizadas como metodologia de avaliação podem abrir novos panoramas com relação a essa que é a sexta etapa no Ciclo de Políticas Públicas. O resultado da nossa pesquisa está disponível *online*²² e pode ser acessado e editado para a inclusão de novos projetos conforme sua execução no município.

O seguinte passo metodológico executado foi a avaliação, que se deu de acordo com os seguintes indicadores: 1) Incentivo da produção cultural local; 2) Experiência dos produtores culturais; 3) Efetividade da captação de recursos; 4) Representação dos segmentos culturais; e 5) Distribuição dos projetos culturais no município. A avaliação de cada indicador se efetivou através de análises e respostas a uma estrutura hierárquica de perguntas, cuja formulação foi proposta pelo Guia da Avaliação *ex post* já citado.

Ainda como parte da avaliação realizamos uma Checagem Comparativa de todos os dados entre os municípios de Santa Maria e Pelotas/RS. A checagem evidenciou semelhanças e divergências na efetivação da política em ambos os municípios, e essas informações, juntamente com as análises realizadas através dos indicadores apresentados anteriormente resultaram em um capítulo de recomendações, última etapa da metodologia de Avaliação de Políticas Públicas apresentada inicialmente.

Nossas recomendações, construídas através da convergência entre os conhecimentos e estratégias de Comunicação Social aos estudos realizados no campo das Políticas Públicas, trouxeram novas propostas de ação para cada um dos indicadores analisados. As indicações variaram entre uma maior disponibilização de cursos e veiculação de cartilhas de capacitação, divulgação de campanhas para informar os empresários locais e esclarecer possíveis dúvidas com relação ao funcionamento do edital da lei de incentivo, construção de centros culturais, realização de novas pesquisas aprofundando a análise da representação dos segmentos

²² Disponível em <<https://www.google.com/maps/d/u/0/viewer?mid=15tf2gAmkDL6V3R-yHpKU0PwKI2YnWyrC&ll=-29.720925965735393%2C-53.7788106845703&z=11>> Acesso em 13/09/2020.

culturais no município e comparando perspectivas e cenários com outras regiões no país e também a ampliação do acesso à Cartografia Cultural construída e apresentada ao longo da presente monografia, e que permite um entendimento maior das demandas culturais locais.

Ao final de nossas análises, podemos afirmar que existem influências ideológicas na elaboração e implementação de políticas públicas e também na sua efetivação prática, por mais que seja costumeiro idealizar aqueles processos pautados por dados concretos e “apartidários”. É esse cenário que nos faz desejar ainda mais a construção de cartografias culturais colaborativas: acreditamos que os cidadãos beneficiários de uma política pública são os únicos capazes de fornecer os dados necessários para a condução do destino da mesma.

Porém, existem muitas objeções à realização de avaliações pautadas em informações coletadas colaborativamente, já que se mantém a opinião, equívoca, de que os resultados dessas pesquisas podem causar intromissões desnecessárias e desviar as iniciativas planejadas inicialmente. É por isso que, até o presente momento, apenas nos foi possível disponibilizar nossa Cartografia Cultural completa *online* após o encerramento das análises e avaliações. Como já citado, ela está aberta e disponível para edição na plataforma *Google My Maps* e pode ser acessada por qualquer usuário com uma conta do *Google*.

Assim como tornar as metodologias de diagnóstico e avaliação colaborativas, existem outras mudanças indispensáveis para o setor, como a criação de novas políticas públicas e a adaptação das existentes para que sejam socialmente responsáveis. Segundo Anita Simis, nós já “superamos o paradigma da nacionalidade, não se trata mais de construir uma nação, mas de democratizar uma sociedade injusta e desigual, de construirmos um diálogo aberto para o mundo” (2007, p. 142), o que somente pode ser efetivado através de mudanças políticas.

Em suma, Alberto Freire afirma que, nesse sentido, “é possível planejar e colocar em prática as ações que pertencem ao domínio da política, tendo a cultura como a base de referência para executar as transformações necessárias que conduzam ao crescimento de uma sociedade” (2012, p. 64). Reiteramos então a citação de Secchi (2016) na epígrafe da presente monografia, e que deu início a nossa pesquisa: que ela “sirva como subsídio para melhoria dos processos decisórios e estruturação de políticas públicas tecnicamente consistentes, socialmente sensíveis e politicamente viáveis”.

8. REFERÊNCIAS

ANDERSON, C. W. The Place of principles in policy analysis. **American Political Science Review**, v. 73, n. 3, p. 711-723, set.1979.

ANDRADE, João Batista de. Política Cultural. *In: UNESP Dicionário de Políticas Públicas*

ANTOUN, Henrique. **Web 2.0: participação e vigilância na era da comunicação distribuída**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

ARAÚJO, Inesita. **Cartografia da Comunicação em Saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz/CICT/DCS.

BALESTRO, Moises Villamil; VARGAS, Eduardo Raupp de; MACHADO, Eliseu Vieira Junior. Estratégias Comparativas em Estudos de Caso em Administração. *In: EnEPQ, I.*, 2007, Recife.

BENDIX, Reinhard. **Concepts and generalizations in comparative sociological studies**. *American Sociological Review*, Vol. 28, n. 4, aug., p. 532-539, 1963.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Instrução Normativa SEDAC n.º 03, de 2 de abril de 2020**. Estabelece procedimentos transitórios para apresentação, tramitação, financiamento, execução e prestação de contas dos projetos culturais com financiamento do PRÓ-CULTURA RS LIC – Lei de Incentivo à Cultura, instituído pela Lei n.º 13.490, de 21 de julho de 2010, suas alterações e regulamentações. Brasil: Porto Alegre, [2020].

BRASIL. **Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991**. Restabelece princípios da Lei n.º 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências. Brasil: Brasília, [1991].

BRASIL. **Lei n.º 8.685, de 20 de julho de 1993**. Cria mecanismos de fomento à atividade audiovisual e dá outras providências. Brasil: Brasília, [1993].

BRASIL. Ministério da Cultura. **Política Cultural no Brasil, 2002-2006: acompanhamento e análise**. Frederico A. Barbosa da Silva, autor. Brasília: Ministério da Cultura, 2007.

BRESSERS, Hans; O'TOOLE, Laurence J. **Selection of policy instruments: a network-based perspective**. *Journal of Public Policy*, v. 18, n. 3 p. 213-239, Sept./Dec.1998.

CANCLINI, Nestor García. **Definiciones en transición**. Buenos Aires: CLACSO, 2001.

COSGROVE, Denis; JACKSON, Peter. **New directions in cultural geography**. Wiley, v.19, n.2, p. 95-101, jun. 1987.

FALKHEIMER, Jesper; JANSSON, André. **Geographies of Communication: The Spatial Turn in Media Studies**. Göteborg: Nordicom, 2006.

FARMAN, Jason. **Mapping the digital empire: Google Earth and the process of postmodern cartography**. *New Media & Society*, v. 12, n. 6, 2010.

FREIRE, Alberto. O financiamento como recurso fundamental das políticas culturais. *In*: RUBIM, Antonio Albino Canelas; ROCHA, Renata (Org.). **Políticas Culturais**. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 49-66.

GIL, Gilberto. Apresentação. *In*: BRASIL. Ministério da Cultura. **Política Cultural no Brasil, 2002-2006: acompanhamento e análise**. Frederico A. Barbosa da Silva, autor. Brasília: Ministério da Cultura, 2007.

GROSSI, Marcia Gorett Ribeiro; MURTA, Flávio Caçado; SILVA, Mislene Dalida. **A Aplicabilidade das Ferramentas Digitais da Web 2.0 no Processo de Ensino e Aprendizagem**. *Revista Contexto & Educação*, v. 33, n. 104, p. 34-59, 21 fev. 2018.

JACKSON, Peter. Berkeley and Beyond: Broadening the Horizons of Cultural Geography. *Annals Assoc. Amer. Geogr.*, 83(3), p. 519-520, 1993.

LARANJEIRA, Antônio Heleno Caldas. **Produção de Cartografias e Análise de Mapas Online - 1ª edição**. IBPAD, 2019.

MACHADO, Mário Brockmann. Notas sobre polícia cultural no Brasil. In MICELI, Sérgio. **Estado e Cultura no Brasil**. São Paulo: Difel, 1984.

MERICSKAY, Boris; ROCHE, Stéphane. Cartographie et SIG à l'ère du Web 2.0: Vers une nouvelle génération de SIG participatifs. In: **Conférence internationale de Géomatique et Analyse Spatiale** (SAGEO 2010), Toulouse: France, 2010.

MIKESELL, Marvin. Posfácio: Novos interesses, problemas não resolvidos e tarefas que persistem. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENGAHL, Zeny (Org.): **Geografia Cultural: Um século** (2). Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 85-109, 2000.

OLLAIK, Leila Giandoni and MEDEIROS, Janann Joslin. **Instrumentos governamentais: reflexões para uma agenda de pesquisas sobre implementação de políticas públicas no Brasil**. *Rev. Adm. Pública* [online]. 2011, vol.45, n.6, pp. 1943-1967.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil. **Avaliação de Políticas Públicas**: guia prático ex post. Brasília: [s. n.], 2018. *E-book*.

ROSÁRIO, N. Cartografia na Comunicação: questões de método e desafios metodológicos. In: MOURA, Cláudia & LOPES, Maria. **Pesquisa em Comunicação: Metodologias e Práticas Acadêmicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS. pp. 175-211, 2016.

ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.): **Manifestações da Cultura no Espaço**, Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 17-46, 1999.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Panorama das políticas culturais no mundo. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; ROCHA, Renata (Org.). **Políticas Culturais**. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 13-28.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais no Brasil: passado e presente. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; ROCHA, Renata (Org.). **Políticas Culturais**. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 29-48.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Uma visita aos conceitos de políticas culturais na América Latina. **Pol. Cult. Rev.**, Salvador, v. 12, n. 1, p. 260-283, jan./jun. 2019.

SAMPAIO, Tony Vinicius Moreira. **Cartografia temática**. Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Geografia - UFPR, 2018.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2ª edição. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SECCHI, Leonardo. **Análise de Políticas Públicas**: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções. 1ª edição. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2017.

SEEMANN, J. “Cartografia Cultural” na Geografia Cultural: entre mapas da cultura e a cultura dos mapas - DOI 10.5216/bgg.v21i2.4214. **Boletim Goiano De Geografia**, 21(2), 61-82, 2001.

SIMIS, Anita. A política cultural como política pública. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre (Orgs.). Políticas culturais no Brasil. Salvador: EDUFBA, 2007.

SOUSA, Paulo Victor Barbosa de. Cartografia 2.0: Pensando o Mapeamento Participativo na Internet. In: MOREIRA, S. V. (org). **Geografias da comunicação: espaço de observação de mídia e de culturas**. São Paulo: INTERCOM, 2012.

TEIXEIRA COELHO NETO, José. **Dicionário Crítico de Política Cultural**. São Paulo: Iluminuras, 1997.

KADLETZ, Marina. **Cartilha Lei de Incentivo à Cultura (Capacitar)**. 2019.

WERLEN, Benno. **Gibt es eine Geographie ohne Raum?** *Erdkunde* 47(4), p. 241-255, 1993.

9. APÊNDICES

2015	CIRCULAÇÃO DO ESPETÁCULO GUIA IMPROVÁVEL PARA CORPOS MUTANTES	CHAPEUZINHO VERMELHO	ACUSTICOS RS - 2015 - Ed.1	CIRCULANDO COM CANJERANA - 2015 - Ed.1	CORRENTE DO SORRISO - 2015
SEGMENTO CULTURAL	Artes Cênicas: dança	Artes Cênicas: teatro	Música	Música	Música
SITUAÇÃO ATUAL	Concluído	Concluído	Concluído	Informação ao Proponente	Informação ao Proponente
PRODUTOR CULTURAL	LUCIDA DESENVOLVIMENTO CULTURAL LTDA. ME.	CHILI PRODUÇÕES CULTURAIS LTDA	MAIS ALEM PRODUÇÕES ARTISTICAS EIRELI	M. HORN E CIA LTDA	TRANK WAY PRODUTORA DE EVENTOS LTDA
ABRANGÊNCIA	ITINERANTE 12 CIDADES	LOCAL SANTA MARIA/RS	ITINERANTE 3 CIDADES	ITINERANTE 10 CIDADES	ITINERANTE 12 CIDADES
DURAÇÃO	71 dias 6 dias / cidade	217 dias	24 dias 8 dias / cidade	188 dias 19 dias / cidade	50 dias 4 dias / cidade
VALOR INVESTIDO	R\$ 104.500,00 R\$ 8.708,33 / cidade	R\$ 75.000,00	R\$ 362.990,50 R\$ 120.996,83 / cidade	R\$ 221.405,00 R\$ 22.140,50 / cidade	R\$ 279.209,82 R\$ 23.267,48 / cidade R\$ 11.633,74 / bairro
LOCAL DE REALIZAÇÃO	Sesc Santa Maria	Theatro Treze de Maio	Park Hotel Morotim	Teatro Caixa Preta UFSC	Escola Walter Jobim e Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac
BAIRRO DE REALIZAÇÃO	Centro	Centro	Cerrito	Camobi	Iтарaré e Centro

2016	CARAVANA CULTURAL	PALCO TREZE – 2016	PETER PAN – 2016	GEMA	FESTIVAL INTERNACIONAL DE COROS DE SANTA MARIA - 2016 - Ed.1
SEGMENTO CULTURAL	Artes Integradas	Artes Cênicas: teatro	Artes Cênicas: teatro	Artes Integradas	Música
SITUAÇÃO ATUAL	Informação ao Proponente	Concluído	Concluído	Concluído	Concluído
PRODUTOR CULTURAL	EFEIXIS MARKETING E EVENTOS LTDA	ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO THEATRO TREZE DE MAIO	CHILI PRODUTÕES CULTURAIS LTDA	LUCAS JASKULSKILUZ	ASSOCIAÇÃO CORO DE CAMARA DE SANTA MARIA - CORAL APUSM
ABRANGÊNCIA	ITINERANTE 5 CIDADES	LOCAL	LOCAL	ITINERANTE 14 CIDADES	LOCAL
DURAÇÃO	29 dias 6 dias / cidade	91 dias	92 dias	308 dias 22 dias / cidade	2 dias
VALOR INVESTIDO	R\$ 365.958,00 R\$ 73.191,60 / cidade	R\$ 130.000,00	R\$ 80.000,00	R\$ 196.576,50 R\$ 14.041,17 / cidade	R\$ 90.000,00 R\$ 45.000,00 / bairro
LOCAL DE REALIZAÇÃO	Centro Integrado de Cultura Evandro Behr	Theatro Treze de Maio	Theatro Treze de Maio	Aldeia Tekoa Guaviraty Porã	Paróquia Nossa Senhora das Dores e Theatro Treze de Maio
BAIRRO	Nossa Senhora de Fátima	Centro	Centro	Agroindustrial	Nossa Senhora das Dores e Centro

2017	AVENTURAS DA TERRA GAÚCHA	FIDELIDADE OCULTA - CIRCULAÇÃO RS - Ed.1	OS MÚSICOS DE BREMEM - 2017	PALCO TREZE - 2017	25ª TERTULIA MUSICAL NATIVISTA DE SANTA MARIA E 4ª TERTULINHA - 2017	LETRA & MÚSICA: OFICINA DE CRIAÇÃO DE MÚSICA POPULAR COM KLETON & KLEDIR - 2ª EDIÇÃO - 2017	NOITES GAÚCHAS: ESPECIAL FESTIVAIS - 2017
	Registro Fonográfico	Artes Cênicas: dança	Artes Cênicas: teatro	Artes Cênicas: teatro	Música	Música	Música
SITUAÇÃO ATUAL	Encaminhado ao STC – PROA	Concluído	Parecer de Homologação	Encaminhado ao STC – PROA	Encaminhado ao STC – PROA	Em análise - Prestação de Contas	Diligência - Prestação de Contas
PRODUTOR CULTURAL	VH PRODUÇÕES CULTURAIS E ARTÍSTICAS LTDA	VECTOR 8	CHILI PRODUÇÕES CULTURAIS LTDA	ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO THEATRO TREZE DE MAIO (AATTM)	CHILI PRODUÇÕES CULTURAIS LTDA	STEFFEN PROJETOS E EVENTOS LTDA ME	CHILI PRODUÇÕES CULTURAIS LTDA
ABRANGÊNCIA	ITINERANTE 5 CIDADES	ITINERANTE 4 CIDADES	LOCAL	LOCAL	LOCAL	ITINERANTE 3 CIDADES	ITINERANTE 7 CIDADES
DURAÇÃO	71 dias 14 dias / cidade	84 dias 21 dias / cidade	169 dias	29 dias	3 dias	73 dias 24 dias / cidade	7 dias 1 dia / cidade
VALOR INVESTIDO	R\$ 165.320,00 R\$ 33.064,00 por cidade	R\$ 151.908,25 R\$ 37.977,06 por cidade	R\$ 105.968,00	R\$ 20.000,00	R\$ 107.500,00	R\$ 246.019,00 R\$ 82.006,33 por cidade	R\$ 85.182,00 R\$ 12.168,85 por cidade
LOCAL DE REALIZAÇÃO	Theatro Treze de Maio	Theatro Treze de Maio	Theatro Treze de Maio	Theatro Treze de Maio	Associação Tradicionalista Estância do Minuano	Teatro Caixa Preta UFSM	Theatro Treze de Maio
BAIRRO DE REALIZAÇÃO	Centro	Centro	Centro	Centro	Lorenzi	Camobi	Centro

2018	CORPUS	MALA DE LEITURA – 2018	II FESTIVAL INTERNACIONAL DE COROS DE SANTA MARIA - 2018	ORQUESTRA DE CÂMARA DA ULBRA – CONCERTOS - 2018
SEGMENTO CULTURAL	Artes Cênicas: dança	Literatura: impressão de livro, revista e outros	Música	Música
SITUAÇÃO ATUAL	Encaminhado ao STC – PROA	Encaminhado ao STC – PROA	Informação ao Proponente	Encaminhado ao STC – PROA
PRODUTOR CULTURAL	AGNATA MARKETING E EVENTOS LTDA ME	CHILI PRODUÇÕES CULTURAIS LTDA	ASSOCIAÇÃO CORO DE CAMARA DE SANTA MARIA - CORAL APUSM	CUCCO PRODUÇÕES
ABRANGÊNCIA	LOCAL	LOCAL	LOCAL	ITINERANTE 6 CIDADES
DURAÇÃO	4 dias	224 dias	2 dias	224 dias 37 dias / cidade
VALOR INVESTIDO	R\$ 226.499,50 R\$ 113.249,75 / bairro	R\$ 131.720,00 R\$ 10.132,30 / bairro	R\$ 92.500,00 R\$ 46.250,00 / bairro	R\$ 200.000,00 R\$ 33.333,33 / cidade
LOCAL DE REALIZAÇÃO	Praça Saldanha Marinho e UFSM	Theatro Treze de Maio, Escola Municipal Major Tancredo Penna de Moraes, EMEF Vicente Farenzena, EMEF Maria de Lourdes Castro, EE Margarida Lopes, EMEF Francisca Weimann, EE Reinaldo Coser, EMEF Sergio Lopes, EMEF João da Mata Braga, EE Romulo Zanchi, EE Erico Verissimo, EE Humberto de Campos e EMEF Oscar Grau	Paróquia Nossa Senhora das Dores e Teatro Treze de Maio	ULBRA – Campus Santa Maria
BAIRRO DE REALIZAÇÃO	Centro e Cambobi	Centro, Cambobi (3), Lorenzi, João Luiz Pozzobom, Renascença, Passo das Tropas, Presidente João Goulart (2), Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e Uglione (2)	Nossa Senhora das Dores e Centro	Boca do Monte

2019	ARTE E CULTURA PELA CIDADE – 2019	ARTE, MÚSICA E MAGIA NO 14º NATAL ILUMINADO DA QUARTA COLÔNIA – 2019	CONGRESSO DE LITERATURA INFANTOJUVENIL DE SANTA MARIA - Ed.1	MALA DE LEITURA – 2019	ZOCA JUNGES E A GUITARRA GENUNAMENTE BRASILEIRA - 2019 - Ed.1
SEGMENTO CULTURAL	Artes Integradas	Artes Integradas	Literatura: impressão de livro, revista e outros	Literatura: impressão de livro, revista e outros	Música
SITUAÇÃO ATUAL	Informação ao Proponente	Informação ao Proponente	Entregue - Relatório Financeiro	Entregue - Relatório Físico	Entregue - Relatório Financeiro
PRODUTOR CULTURAL	CHILI PRODUÇÕES CULTURAIS LTDA	L.C.VILANOVA LTDA	CHILI PRODUÇÕES CULTURAIS LTDA	CHILI PRODUÇÕES CULTURAIS LTDA	Quinteto Canjerana LTDA-ME
ABRANGÊNCIA	LOCAL	ITINERANTE 6 CIDADES	LOCAL	ITINERANTE 2 CIDADES	ITINERANTE 12 CIDADES
DURAÇÃO	44 dias	9 dias 2 dias / cidade	3 dias	165 dias 83 dias / cidade	53 dias 4 dias / cidade
VALOR INVESTIDO	R\$ 90.000,00	R\$ 140.000,00 R\$ 23.333,33 / cidade	R\$ 76.000,00	R\$ 181.400,00 R\$ 90.700,00 / cidade R\$ 9.070 por bairro	R\$ 55.000,00 R\$ 4.583,33 / cidade
LOCAL DE REALIZAÇÃO	Calçada e Parklet da Dr Bozzano	Arroio do Sol – Escola Princesa Isabel	Theatro Treze de Maio e Antiga Reitoria da UFSM	Shopping Praça Nova, Escola Major Tancredo Penna de Moraes, Escola Olavo Bilac, Escola Estadual de Ensino Fundamental Boca do Monte, Escola Estadual Arroio Grande, Escola Irmão Quintino, Escola Hylida Vasconcellos, Escola Maria de Lourdes Castro, Escola Rômulo Zanchi, Escola João da Maia Braga	Teatro Caixa Preta UFSM
BAIRRO DE REALIZAÇÃO	Centro e Centro	Arroio do Sol	Centro e Centro	Patronato, Palma, Centro Boca do Monte, Arroio Grande, Juscelino Kubitschek	Camobi